

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
4 - NIRE 35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR		2 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
3 - CEP 04551-065	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3048-5921	8 - TELEFONE 3048-5925	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 11	12 - FAX 3048-5911	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL renato.vale@grupocccr.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ARTHUR PIOTTO FILHO			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR		3 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
4 - CEP 04551-065	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3048-5931	9 - TELEFONE 3048-5921	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 11	13 - FAX 3048-5903	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL arthur.piotto@grupocccr.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	1	01/01/2010	31/03/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	441.396.800	441.396.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	441.396.800	441.396.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	28/04/2010	Dividendo	05/05/2010	ON	0,2300000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	--	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 10/08/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	4.418.598	4.315.152
1.01	Ativo Circulante	2.115.424	2.290.539
1.01.01	Disponibilidades	1.547.184	1.535.939
1.01.01.01	Caixa e bancos	1.457	74
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.545.727	1.535.865
1.01.02	Créditos	525.935	574.881
1.01.02.01	Clientes	525.935	574.881
1.01.02.01.01	Contas a receber de clientes	0	0
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	525.935	574.881
1.01.02.01.03	Provisão para devedores duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	42.305	179.719
1.01.04.01	Impostos a recuperar	28.303	18.560
1.01.04.02	Impostos diferidos	0	0
1.01.04.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	0	0
1.01.04.04	Dividendos e juros s/ capital próprio	10.733	157.958
1.01.04.05	Contas a receber c/oper.de derivativos	428	0
1.01.04.06	Despesas antecipadas e outras	2.841	3.201
1.02	Ativo Não Circulante	2.303.174	2.024.613
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	260.185	92.925
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para devedores duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	170.689	4.389
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	167.924	1.724
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.765	2.665
1.02.01.03	Outros	89.496	88.536
1.02.01.03.01	Impostos a recuperar	89.344	88.381
1.02.01.03.02	Impostos diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	0	0
1.02.01.03.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	0	0
1.02.01.03.05	Despesas antecipadas e outras	152	155
1.02.02	Ativo Permanente	2.042.989	1.931.688
1.02.02.01	Investimentos	2.033.690	1.921.193
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	2.033.690	1.921.193

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.910	1.396
1.02.02.03	Intangível	7.389	9.099
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	4.418.598	4.315.152
2.01	Passivo Circulante	83.767	197.479
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	607	351
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	607	351
2.01.02	Debêntures	64.650	66.648
2.01.03	Fornecedores	836	2.448
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	350	172
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	337	159
2.01.04.02	Impostos e contribuições parcelados	13	13
2.01.05	Dividendos a Pagar	5	101.523
2.01.06	Provisões	1.834	994
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	1.834	994
2.01.06.02	Impostos diferidos	0	0
2.01.06.03	Provisão para contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	7.663	13.271
2.01.07.01	Partes relacionadas	7.663	13.271
2.01.08	Outros	7.822	12.072
2.01.08.01	Obrigações sociais e trabalhistas	7.643	11.880
2.01.08.02	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.01.08.03	Arrendamento mercantil financeiro	118	118
2.01.08.04	Outras contas a pagar	61	74
2.02	Passivo Não Circulante	1.165.890	1.104.859
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.165.890	1.104.859
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	807	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	807	0
2.02.01.02	Debêntures	1.088.763	1.085.655
2.02.01.03	Provisões	65.880	7.206
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0
2.02.01.03.02	Impostos diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e contribuições a recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e contribuições parcelados	182	178
2.02.01.03.05	Provisão para contingências	0	0
2.02.01.03.06	Provisão para passivo a descoberto	65.698	7.028
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	9.361	10.890
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	9.361	10.890
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.079	1.108
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.02.01.06.02	Arrendamento mercantil financeiro	179	208

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
2.02.01.06.03	Outras contas a pagar	900	900
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.168.941	3.012.814
2.05.01	Capital Social Realizado	2.025.342	2.025.348
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	854.709	854.709
2.05.04.01	Legal	67.407	67.407
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.839)	(2.743)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.839)	(2.743)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	291.729	135.500
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	8.894	25.818	16.924	33.936
3.02	Deduções da Receita Bruta	(490)	(1.034)	(669)	(1.307)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	8.404	24.784	16.255	32.629
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.987)	(12.832)	(9.119)	(17.939)
3.04.01	Depreciação e amortização	(14)	(23)	(6)	(11)
3.04.02	Serviços	(1.212)	(4.473)	(3.298)	(6.518)
3.04.03	Custo da outorga	0	0	0	0
3.04.04	Custo com pessoal	(2.253)	(6.484)	(4.299)	(8.214)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(425)	(1.539)	(1.273)	(2.690)
3.04.06	Outros	(83)	(313)	(243)	(506)
3.05	Resultado Bruto	4.417	11.952	7.136	14.690
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	152.651	281.611	174.771	323.158
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(20.964)	(35.281)	(18.921)	(33.707)
3.06.03	Financeiras	16.885	25.516	(149)	(1.607)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	54.463	98.867	29.182	58.979
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(37.578)	(73.351)	(29.331)	(60.586)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	8	8
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.698)	(3.384)	(1.686)	(3.372)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	158.428	294.760	195.519	361.836
3.07	Resultado Operacional	157.068	293.563	181.907	337.848
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	157.068	293.563	181.907	337.848
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(839)	(1.834)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	156.229	291.729	181.907	337.848
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Unidades)	441.396.800	441.396.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,35394	0,66092	0,45127	0,83812
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	418	13.313	(13.506)	(10.146)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.266	40.470	5.128	20.191
4.01.01.01	Lucro líquido do período	156.229	291.729	181.907	337.848
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib.social difer.	0	0	0	0
4.01.01.03	Apropriação das despesas antecipadas	0	0	0	0
4.01.01.04	Depreciação e amortização	101	193	117	230
4.01.01.05	Baixa do ativo imob., intangível e difer	11	11	0	0
4.01.01.06	Amortização do ágio	1.686	3.373	1.686	3.372
4.01.01.07	Var.cambial s/emprést.financ.e derivat.	0	0	0	0
4.01.01.08	Var.monet. obrig. com poder conced.	0	0	0	0
4.01.01.09	Juros e variação monetária s/debêntures	35.439	69.743	28.327	58.692
4.01.01.10	Juros sobre arrendamento financeiro	17	25	0	0
4.01.01.11	Resultado de operações c/ derivativos	634	985	0	0
4.01.01.12	Constit. e juros sobre contingências	0	0	0	0
4.01.01.13	Provisão para devedores duvidosos	0	0	0	0
4.01.01.14	Juros s/ impostos parcelados	4	8	0	0
4.01.01.15	Participação dos minoritários	0	0	0	0
4.01.01.16	Ganho na alienação de investimento	0	0	0	0
4.01.01.17	Juros e VM s/mútuos partes relacionadas	(18.427)	(30.837)	(11.390)	(18.115)
4.01.01.18	Juros,multas,outros encargos -Lei 11.941	0	0	0	0
4.01.01.19	Descontos obtidos - Lei 11.9414	0	0	0	0
4.01.01.20	Equivalência patrimonial	(158.428)	(294.760)	(195.519)	(361.836)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(16.848)	(27.157)	(18.634)	(30.337)
4.01.02.01	Contas a receber	0	0	0	82
4.01.02.02	Partes relacionadas	5.476	1.127	(2.600)	(8.561)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(10.706)	(20.378)	(5.916)	(13.056)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	363	(500)	(49)	(368)
4.01.02.06	Fornecedores	(1.612)	(1.908)	6	(2.213)
4.01.02.07	Partes relacionadas	(7.137)	(11.276)	(1.328)	(6.612)
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	(4.237)	3.866	(8.768)	501
4.01.02.09	Imp.e contr. a recolher, parc. e IR e CS	1.018	1.923	22	(109)
4.01.02.10	Contingências	0	0	0	0
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	0	0	0	0
4.01.02.12	Outras contas a pagar	(13)	(11)	(1)	(1)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.890)	(20.174)	(102.422)	(113.655)
4.02.01	Aquisição de investimentos	(1.288)	(19.558)	(102.143)	(113.301)
4.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	(602)	(616)	0	0
4.02.03	Aquisição de ativo intangível	0	0	(279)	(354)
4.02.04	Adiantamento para aquisição de imob.	0	0	0	0
4.02.05	Constituição de ativo diferido	0	0	0	0
4.02.06	Baixa pela alienação de investimento	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	12.717	43.107	(17.027)	(60.208)
4.03.01	Resgates/aplicações - conta reserva	0	0	0	0
4.03.02	Liquidação da operação de hedge	0	0	0	0
4.03.03	Contratação de derivativos	0	0	0	0
4.03.04	Empr., financ. e debêntures - Captações	0	0	0	0
4.03.05	Empr., financ. e debêntures - Pagamentos	(35.021)	(96.814)	(34.730)	(79.850)
4.03.06	Empr., financ.deb. - Apro. custo trans.	692	1.363	568	1.120
4.03.07	Dividendos - Pagos	(101.518)	(101.518)	(100.775)	(100.775)
4.03.08	Dividendos - Recebidos	244.609	348.096	146.894	498.031
4.03.09	Juros capital próprio - Recebidos	8.407	20.351	0	0
4.03.10	Mútuos c/partes relacionadas -Concessões	(127.098)	(150.228)	(52.802)	(402.552)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/04/2009 a 30/06/2009	7 - 01/04/2009 a 30/06/2009	8 - 01/04/2009 a 30/06/2009
4.03.11	Mútuos c/partes relacionadas Recebimento	22.695	22.695	23.818			23.818
4.03.12	Arrend.Mercantil Financeiro - Captações	0	0	0			0
4.03.13	Arrend.Mercantil Financeiro - Pagamentos	(43)	(72)	0			0
4.03.14	Aumento de Capital - Integralização	0	0	0			0
4.03.15	Aumento de Capital - Custo de Captação	(6)	(766)	0			0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0			0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	11.245	36.246	(132.955)			(184.009)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.535.939	1.510.938	724.079			775.133
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.547.184	1.547.184	591.124			591.124

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	156.229	0	156.229
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(96)	(96)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(96)	(96)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(6)	0	0	0	0	0	(6)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(6)	0	0	0	0	0	(6)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	291.729	0	291.729
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(12)	(12)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(12)	(12)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	9.998.250	9.477.576
1.01	Ativo Circulante	2.637.498	2.501.559
1.01.01	Disponibilidades	1.925.296	1.994.493
1.01.01.01	Caixa e bancos	22.838	15.579
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.902.458	1.978.914
1.01.02	Créditos	315.345	240.549
1.01.02.01	Clientes	263.444	223.566
1.01.02.01.01	Contas a receber de clientes	178.369	160.921
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	109.130	84.796
1.01.02.01.03	Provisão para devedores duvidosos	(24.055)	(22.151)
1.01.02.02	Créditos Diversos	51.901	16.983
1.01.02.02.01	Conta reserva	51.901	16.983
1.01.03	Estoques	593	107
1.01.04	Outros	396.264	266.410
1.01.04.01	Impostos a recuperar	245.152	124.011
1.01.04.02	Impostos diferidos	20.688	28.244
1.01.04.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	82.779	76.856
1.01.04.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	2.972	2.456
1.01.04.05	Despesas antecipadas e outras	44.673	34.843
1.02	Ativo Não Circulante	7.360.752	6.976.017
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.622.856	2.451.860
1.02.01.01	Créditos Diversos	5.835	1.568
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	30.734	26.410
1.02.01.01.02	Provisão para devedores duvidosos	(26.410)	(26.410)
1.02.01.01.03	Conta reserva	1.511	1.568
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.765	2.665
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.765	2.665
1.02.01.03	Outros	2.614.256	2.447.627
1.02.01.03.01	Impostos a recuperar	89.344	88.394
1.02.01.03.02	Impostos diferidos	53.738	39.564
1.02.01.03.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	2.455.075	2.287.718
1.02.01.03.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	7.538	23.032
1.02.01.03.05	Despesas antecipadas e outras	8.561	8.919
1.02.02	Ativo Permanente	4.737.896	4.524.157
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.154.654	3.927.984

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
1.02.02.03	Intangível	504.494	516.126
1.02.02.04	Diferido	78.748	80.047

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	9.998.250	9.477.576
2.01	Passivo Circulante	1.837.175	1.737.979
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	574.424	563.681
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	558.340	537.717
2.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	16.084	25.964
2.01.02	Debêntures	356.962	335.157
2.01.03	Fornecedores	264.601	240.562
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	95.170	92.430
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	47.539	45.837
2.01.04.02	Impostos e contribuições parcelados	47.631	46.593
2.01.05	Dividendos a Pagar	5	109.241
2.01.06	Provisões	236.952	133.053
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	224.603	119.858
2.01.06.02	Impostos diferidos	11.931	12.608
2.01.06.03	Provisão para contingências	418	587
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	109.293	83.351
2.01.07.01	Partes relacionadas	109.293	83.351
2.01.08	Outros	199.768	180.504
2.01.08.01	Obrigações sociais e trabalhistas	52.308	71.603
2.01.08.02	Obrigações com o poder concedente	104.305	77.535
2.01.08.03	Arrendamento mercantil financeiro	4.218	1.365
2.01.08.04	Outras contas a pagar	38.937	30.001
2.02	Passivo Não Circulante	4.970.378	4.692.356
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.970.378	4.692.356
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.358.280	1.365.769
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.356.516	1.364.302
2.02.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	1.764	1.467
2.02.01.02	Debêntures	3.102.230	2.832.064
2.02.01.03	Provisões	472.329	469.490
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0
2.02.01.03.02	Impostos diferidos	28.320	28.922
2.02.01.03.03	Impostos e contribuições a recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e contribuições parcelados	432.917	426.299
2.02.01.03.05	Provisão para contingências	11.092	14.269
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	18.108	10.890
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	18.108	10.890
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	19.431	14.143
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	9.171	9.392
2.02.01.06.02	Arrendamento mercantil financeiro	7.082	1.496
2.02.01.06.03	Outras contas a pagar	3.178	3.255

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	21.756	34.427
2.05	Patrimônio Líquido	3.168.941	3.012.814
2.05.01	Capital Social Realizado	2.025.342	2.025.348
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	854.709	854.709
2.05.04.01	Legal	67.407	67.407
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.839)	(2.743)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.839)	(2.743)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	291.729	135.500
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	989.190	1.912.086	810.925	1.585.340
3.02	Deduções da Receita Bruta	(89.493)	(175.100)	(74.092)	(132.544)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	899.697	1.736.986	736.833	1.452.796
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(370.531)	(715.351)	(302.809)	(602.744)
3.04.01	Depreciação e amortização	(101.688)	(201.735)	(88.112)	(175.506)
3.04.02	Serviços	(108.005)	(195.334)	(76.052)	(151.920)
3.04.03	Custo com outorga	(77.864)	(151.430)	(64.016)	(124.943)
3.04.04	Custo com pessoal	(46.949)	(95.027)	(44.588)	(86.213)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(11.854)	(22.361)	(9.742)	(20.267)
3.04.06	Gastos gerais	(11.878)	(24.891)	(8.774)	(17.026)
3.04.07	Outros	(12.293)	(24.573)	(11.525)	(26.869)
3.05	Resultado Bruto	529.166	1.021.635	434.024	850.052
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(259.891)	(494.369)	(147.993)	(301.275)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(101.009)	(176.449)	(77.407)	(138.859)
3.06.03	Financeiras	(146.476)	(293.308)	(66.025)	(148.936)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	101.349	260.451	73.151	136.657
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(247.825)	(553.759)	(139.176)	(285.593)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.285	2.133	4.912	5.994
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(13.691)	(26.745)	(9.473)	(19.474)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	269.275	527.266	286.031	548.777
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	269.275	527.266	286.031	548.777
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(120.179)	(249.642)	(105.539)	(208.262)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.11	IR Diferido	7.899	15.822	3.149	704
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(766)	(1.717)	(1.734)	(3.371)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	156.229	291.729	181.907	337.848
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	441.396.800	441.396.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,35394	0,66092	0,45127	0,83812
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	213.149	491.998	107.364	198.302
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	461.628	911.184	383.851	760.808
4.01.01.01	Lucro líquido do período	156.229	291.729	181.907	337.848
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib.social difer.	(7.899)	(15.822)	(3.149)	(704)
4.01.01.03	Apropriação das despesas antecipadas	21.006	40.041	11.974	21.912
4.01.01.04	Depreciação e amortização	105.654	209.647	93.667	183.990
4.01.01.05	Baixa do ativo imob.,intangível e difer.	955	1.208	774	2.118
4.01.01.06	Amortização do ágio	12.807	25.617	8.904	17.805
4.01.01.07	Var.cambial s/emprést.financ.e derivat.	14.502	38.484	(52.350)	(65.487)
4.01.01.08	Varição monet. obrig. com poder conced.	287	192	7	(25)
4.01.01.09	Juros e VM s/debêntures, empr. e financ.	136.632	262.130	98.157	199.992
4.01.01.10	Juros s/arrendamento mercantil financ.	22	137	0	0
4.01.01.11	Resultado de operações c/ derivativos	20.831	32.658	29.367	43.170
4.01.01.12	Constit. e juros sobre contingências	399	1.147	1.294	1.467
4.01.01.13	Provisão para devedores duvidosos	1.904	3.587	2.678	5.345
4.01.01.14	Juros s/ impostos parcelados	10.124	16.982	810	1.978
4.01.01.15	Participação dos minoritários	(12.671)	(11.720)	6.120	7.756
4.01.01.16	Ganho na alienação de investimento	0	0	0	0
4.01.01.17	Juros e VM s/mútuos partes relacionadas	846	1.327	(23)	(71)
4.01.01.18	Juros,multas,outros encargos -Lei 11.941	0	42.040	0	0
4.01.01.19	Descontos obtidos - Lei 11.941	0	(28.200)	0	0
4.01.01.20	Provisão para perdas com investimentos	0	0	3.714	3.714
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(248.479)	(419.186)	(276.487)	(562.506)
4.01.02.01	Contas a receber	(21.772)	(26.361)	(14.747)	(13.532)
4.01.02.02	Partes relacionadas	(24.328)	(11.147)	(12.834)	(9.430)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(122.091)	(212.568)	(87.409)	(149.898)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	(194.286)	(471.871)	(264.008)	(528.016)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(9.958)	(18.107)	4.750	870
4.01.02.06	Fornecedores	24.044	35.256	41.470	2.776
4.01.02.07	Partes relacionadas	(16.148)	(32.865)	8.517	1.087
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	(19.295)	9.407	(27.837)	(4.670)
4.01.02.09	Imp.e contr. a recolher, parc. e IR e CS	103.979	212.027	84.730	151.606
4.01.02.10	Contingências	(3.745)	(3.908)	(111)	(1.198)
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	26.262	92.408	(110)	(681)
4.01.02.12	Outras contas a pagar	8.859	8.543	(8.898)	(11.420)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(298.805)	(569.707)	(190.314)	(359.191)
4.02.01	Aquisição de investimentos	(96)	(12)	59.638	60.121
4.02.02	Adto para aquisição de investimentos	0	0	0	(10.268)
4.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	(296.622)	(549.459)	(230.113)	(388.748)
4.02.04	Adiantamento p/aquisição de imobilizado	(18.880)	(35.572)	(19.345)	(19.345)
4.02.05	Aquisição de ativo intangível	(1.362)	(2.819)	(886)	(1.343)
4.02.06	Reclassificação do ativo diferido	0	0	392	392
4.02.07	Baixa de adto fornecedor - imobilizado	18.155	18.155	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	16.459	(118.140)	(141.763)	(29.767)
4.03.01	Resgates/aplicações - conta reserva	(34.861)	(51.873)	12.453	785
4.03.02	Liquidação da operação de hedge	(15.235)	(16.240)	(4.969)	(7.003)
4.03.03	Contratação de derivativos	0	0	0	0
4.03.04	Empr.,financ. e debêntures - Captações	327.130	489.559	1.372.703	1.664.613
4.03.05	Empr.,financ. e debêntures - Pagamentos	(176.819)	(456.677)	(1.424.473)	(1.594.367)
4.03.06	Empr.,financ.deb. - Aprop. custo trans.	3.169	5.854	2.353	4.785
4.03.07	Dividendos - Pagos	(109.241)	(109.241)	(100.775)	(100.775)
4.03.08	Mútuos c/partes relacionadas-Captações	13.905	13.275	2.198	3.448
4.03.09	Mútuos c/partes relacionadas-Pagamentos	0	0	(1.253)	(1.253)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009	7 - 01/04/2008 a 30/06/2008	8 - 01/01/2008 a 30/06/2008	9 - 01/04/2007 a 30/06/2007	10 - 01/01/2007 a 30/06/2007	11 - 01/04/2006 a 30/06/2006	12 - 01/01/2006 a 30/06/2006	13 - 01/04/2005 a 30/06/2005	14 - 01/01/2005 a 30/06/2005	15 - 01/04/2004 a 30/06/2004	16 - 01/01/2004 a 30/06/2004	17 - 01/04/2003 a 30/06/2003	18 - 01/01/2003 a 30/06/2003	19 - 01/04/2002 a 30/06/2002	20 - 01/01/2002 a 30/06/2002	21 - 01/04/2001 a 30/06/2001	22 - 01/01/2001 a 30/06/2001	
4.03.10	Arrend.mercantil financeiro - Captações	8.837	8.837	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.03.11	Arrend.mercantil financeiro - Pagamentos	(420)	(868)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.03.12	Aumento de capital - Integralização	(6)	(766)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.03.13	Aumento de capital - Custo de captação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(69.197)	(195.849)	(224.713)	(190.656)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.994.493	2.121.145	1.071.928	1.037.871	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.925.296	1.925.296	847.215	847.215	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	156.229	0	156.229
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(96)	(96)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(96)	(96)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(6)	0	0	0	0	0	(6)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(6)	0	0	0	0	0	(6)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	291.729	0	291.729
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(12)	(12)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(12)	(12)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(766)	0	0	0	0	0	(766)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.342	0	0	854.709	291.729	(2.839)	3.168.941

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	27
2	Apresentação das informações trimestrais	31
3	Resumo das principais práticas contábeis	31
4	Informações trimestrais consolidadas	40
5	Caixas e equivalentes de caixa	43
6	Contas a receber de clientes	43
7	Impostos a recuperar	45
8	Imposto de renda e contribuição social	45
9	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	50
10	Despesas antecipadas e outras	51
11	Partes relacionadas	52
12	Investimentos	56
13	Imobilizado	62
14	Intangível	65
15	Financiamentos e empréstimos	69
16	Debêntures	81
17	Plano de incentivo de longo prazo	90
18	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	94
19	Outras contas a pagar	96
20	Provisão para contingências – consolidado	96
21	Arrendamento mercantil	97
22	Patrimônio líquido	99
23	Resultado financeiro	100
24	Instrumentos financeiros	100
25	Cobertura de seguros	114
26	Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros	115
27	Compromissos vinculados a contratos de concessão	115
28	Demonstração do Valor Adicionado	119
29	Evento Subsequente	121

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil da CCR, o maior grupo de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite a empresa atuar no setor de concessão de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, infraestrutura metroviária, bem como atividades que sejam conexas a estas, diretamente ou por meio de participações.

Atualmente, fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (CCR RodoAnel)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Participações em Concessões. (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Assessoria S.A. (CCR Actua Assessoria)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura. (CPCI)
- Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos. (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)
- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)*
- Controlar S.A.*

* *por meio de sua controladora CPC*

Em 31 de maio de 2010, a CCR incorporou a empresa Actua Serviços Compartilhados Ltda., que presta serviços administrativos e financeiros para todas as empresas do Grupo CCR, e a controlada CPC incorporou a Engellog – Centro de Engenharia Ltda.

Concessões do Grupo CCR

A CCR é responsável por 1.922,6 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 1.832,02 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel e Renovias, esta última por meio de sua controlada CPC.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CCR também opera no segmento de transporte de passageiros com a Linha 4-Amarela do metrô de São Paulo, por meio de sua concessionária ViaQuatro, cujas operações foram parcialmente iniciadas em 21 de junho de 2010. A CCR tem ainda participação de 45% na Controlar, empresa responsável pela inspeção ambiental veicular na cidade de São Paulo, por meio de sua controlada CPC.

Veja, a seguir, mais detalhes destas concessões:

CCR NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 km. O prazo de concessão vai até fevereiro de 2021;

CCR AutoBAn: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, totalizando 316,8 km. A CCR AutoBAn é responsável ainda pela manutenção e conservação de outro trecho de 5,9 km. O prazo de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 km. O prazo de concessão vai até janeiro de 2022;

CCR Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 km. O prazo de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariáiva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano, totalizando 567 km, dos quais em 80,28 km a concessionária é responsável apenas pela manutenção e conservação. O prazo de concessão vai até novembro de 2021;

CCR ViaOeste: Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 km e pela manutenção e conservação de outros 4,4 km. O contrato de concessão é válido até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, numa extensão total de 32 km, integrando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O contrato de concessão é válido até junho de 2038. A CCR tem 95% do capital social. Os outros 5% pertencem à Encalco Construções;

ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 km sobre trilhos e 11 estações, sendo 9,0 km (6 estações) na Fase I e 12,8 km (com a inclusão de mais 5 estações, totalizando 11) na Fase II, e ainda 3,5 km, na Fase II, a serem operados por meio de ônibus entre a estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A empresa iniciou parcialmente suas operações em junho de 2010, com a abertura das Estações Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras empresas do Grupo

Além destas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas:

Companhia de Participações em Concessões (CPC): A empresa tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria S.A. Seu objetivo é avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando tanto no mercado primário, frente aos processos de licitação, quanto no mercado secundário, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. O primeiro resultado de sua atuação aconteceu em 2008, com a aquisição de 40% do capital social da **Renovias**, responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. O prazo de concessão vai até maio de 2022.

Em 13 de agosto de 2009, a CPC adquiriu 45% do capital social da **Controlar** (correspondente a 50% das ações ordinárias), responsável pela implantação e realização da inspeção ambiental veicular do município de São Paulo.

Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a Engelog Centro de Engenharia Ltda., que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram estruturadas, criando, respectivamente, a Divisão Engelog e a Divisão Engelotec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados das respectivas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos do Grupo CCR, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Actua Assessoria S.A. e Parques Serviços Ltda: Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais, sendo que a Actua Assessoria S.A. detém participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a Ponte, ViaLagos, CPC, CPCI e CPCSP.

Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (Grupo STP) e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.: O objetivo do Grupo STP é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A CCR detém 38,25% do capital social da STP.

Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.: Tem como objetivo principal prospectar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

CCR – USA, LLC: Empresa cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos. Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPCI (Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura) e CPCSP (Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos): Com participação de 99,9% da CCR e de 0,1% da Actua Assessoria S.A., foram criadas com objetivo de participação no capital de outras sociedades. Em maio de 2010, a Actua Serviços Compartilhados Ltda. cedeu e transferiu 0,1% de participação na CPCI e na CPCSP para a Actua Assessoria S.A.

Sobre o negócio

As concessões rodoviárias do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

O Grupo CCR, por meio da CPC, controla em conjunto a Controlar, que detém a concessão municipal para prestar os serviços públicos relativos ao programa de inspeção ambiental veicular do município de São Paulo. A concessão contempla a implantação dos Centros de Inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos licenciados no município, leves e pesados, com motores do Ciclo Otto e Ciclo Diesel.

O Grupo CCR, por meio da participação direta da CCR, correspondente a 58% do capital social da ViaQuatro, opera a concessão metroviária para exploração da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, por um período de 30 anos. A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens e sistemas (sinalização, comunicação e controle) e o Poder Concedente pela infraestrutura metroviária.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção de CCR ViaLagos, Controlar e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final do período de concessão de rodovias, ponte e infraestrutura metroviária, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados e cuja implementação devidamente autorizada pelo Poder Concedente tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Apresentação das informações trimestrais

a. Apresentação

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 18 de fevereiro de 2010.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar as informações trimestrais de acordo com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. As principais alterações contábeis a serem introduzidas no exercício de 2010, estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

Em 12 de agosto de 2010 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas informações trimestrais.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** referem-se a ativos e passivos financeiros que são mantidos para negociação ou instrumentos financeiros derivativos (exceto instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge accounting* de fluxo de caixa) ou instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial, tenham sido assim classificados;
- **Mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade financeira de manter até o vencimento. São valorizados pelo custo amortizado em contrapartida do resultado;
- **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercado ativo e não estejam classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda, ou que tenham sido classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado. São valorizados pelo custo amortizado em contrapartida do resultado;
- **Disponíveis para venda:** são ativos financeiros não derivativos que estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias. Esses instrumentos são valorizados pelo seu valor justo, sendo as receitas decorrentes da valorização reconhecidas no resultado e o ajuste a valor de mercado em contas destacadas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real, de acordo com as orientações do CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passa a compor o valor de registro contábil em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulante e não circulante

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos incidentes sobre o faturamento.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante, superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, se aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº. 12.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 13.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas, com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo do contrato de concessão. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios que não tenham vida útil definida não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº. 14.

Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Arrendamento mercantil

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 21.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº. 21.

Ativo Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. A controlada RodoAnel e as controladas em conjunto ViaQuatro e Controlar, optaram por manter o saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008 até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado. Os ativos diferidos da controlada RodoAnel e da controlada em conjunto Controlar são amortizados linearmente pelo prazo de dez anos. A controlada em conjunto ViaQuatro iniciará a amortização do ativo diferido pelo prazo de 5 anos, a partir de 1º de julho de 2010, tendo em vista o início das operações em junho de 2010.

Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio (*goodwill*) e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irretratável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº. 9 e nº. 27. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão do Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007 encontram-se descritas na nota explicativa nº. 27.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos

No âmbito do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos ao longo do exercício de 2009, com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010. Os potenciais impactos nas informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de junho de 2010 serão objeto de reapresentação em conjunto com as informações contábeis quando da publicação da primeira demonstração financeira que incorpore todos os pronunciamentos, interpretações e orientações já emitidos, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto encontram-se em processo de avaliação dos impactos dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos, sobre seus sistemas e processos, sendo que o atual estágio dessa avaliação não permite que sejam apresentados os respectivos efeitos.

Resumimos a seguir os principais pronunciamentos ou interpretações a serem adotados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a partir dos exercícios supracitados.

ICPC 01 Contratos de Concessão

Aprovada pela Deliberação CVM 611/09 e correlacionada à Interpretação internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão, estabelece os princípios gerais de contabilização dos contratos de concessão.

A infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direitos sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O concessionário deve contabilizar receitas relativas aos serviços de operação de acordo com a Deliberação CVM 597/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico – CPC 30 – Receitas. Estuda-se também o tratamento contábil para o eventual registro, com base nos valores justos, da receita e do custo dos serviços de construção ou melhorias da infraestrutura de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

O concessionário pode ter obrigações contratuais que devem ser atendidas no âmbito da sua concessão (a) para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou (b) recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao concedente no final do contrato de serviço. Tais obrigações contratuais de manutenção ou recuperação da infraestrutura, exceto as construções ou melhorias, devem ser registradas e avaliadas de acordo com a Deliberação CVM 594/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, ou seja, pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

De acordo com a Deliberação CVM 577/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). Nesse caso, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

CPC 22 Informações por Segmento

Aprovado pela Deliberação CVM 582/09, correlacionado à IFRS 8 - Informações por Segmento, esse pronunciamento determina que uma entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais uma entidade está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.

A Companhia divulgará separadamente as informações sobre os seus segmentos operacionais de forma a atender aos requerimentos deste Pronunciamento.

CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Aprovado pela Deliberação CVM 595/09, é correlacionado à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Este pronunciamento requer que sejam apresentados os componentes do resultado abrangente em uma demonstração separada da demonstração do resultado, apresentando também os efeitos fiscais de cada componente deste resultado abrangente. Adicionalmente quando as entidades reapresentarem ou reclassificarem as informações comparativas, elas terão que reapresentar um balanço patrimonial para o início do período comparativo, além da exigência atual de apresentar balanços patrimoniais no final do período corrente e do período comparativo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPC 37 Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

Aprovado pela Deliberação CVM 609/09, o CPC 37 está correlacionado à IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Trata da adoção inicial dos pronunciamentos internacionais de contabilidade: isenções opcionais e exceções obrigatórias, em conformidade com os demais pronunciamentos emitidos pelo CPC.

CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

Aprovado pela Deliberação CVM 610/09, o CPC 43 não possui norma correlacionada nas normas internacionais de contabilidade – IFRS, uma vez que trata sobre a adoção inicial dos CPCs emitidos em 2009. Discorre sobre as diferenças existentes entre os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC e as normas IFRS, entre outras disposições.

ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos

Aprovada pela Deliberação CVM 601/09, sem correlação direta com uma norma ou interpretação do IFRS, essa interpretação fornece orientações sobre os critérios para contabilização dos dividendos, de acordo com as orientações contidas no CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O ICPC 08 determina que o dividendo mínimo obrigatório estabelecido pelo Estatuto da Companhia ou, se esse for omissivo, pela Lei 6.404/76, deve ser registrado como um passivo na data do encerramento do exercício social e que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja registrado como passivo somente quando aprovado pela Assembléia de Acionistas ou outro órgão competente, ou pago pela Companhia, o que ocorrer primeiro. Os efeitos na aplicação desta norma estão relacionados, portanto, ao período de contabilização dos dividendos e não afetam o seu fluxo de pagamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	30/06/10	31/03/10
• Controladas		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (**)	-	99,90
Actua Assessoria S.A.	100,00	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (**)	-	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,90	99,90
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,90	99,90
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A. e 45% da Controlar S.A., sob a forma de controle em conjunto

(**) Conforme descrito no contexto operacional, em 31 de maio de 2010, a Actua Serviços Compartilhados Ltda., foi incorporada pela Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) e a Engelog - Centro de Engenharia Ltda. pela Companhia de Participações em Concessões (CPC).

• Controladas em conjunto diretas		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora). O Consórcio Operador Parques não tem atividades operacionais desde 1º de maio de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Eliminação dos efeitos tributários da parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";
- f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa nº. 3, no item Direito de Concessão. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins desta demonstração, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;
- g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), a Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e Controlar S.A. (Controlar), controladas em conjunto, direta e indiretamente, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro, Renovias e Controlar, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

	30/06/10							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	445.605	170.444	125.136	72.579	43.479	17.391	25.821	11.620
Ativo não circulante	79.139	30.271	544.404	315.754	342.402	136.961	84.532	38.039
Realizável a Longo Prazo	-	-	13.702	7.947	29.129	11.652	168	76
Imobilizado	66.860	25.574	487.197	282.574	311.923	124.769	76.162	34.273
Intangível	12.279	4.697	167	97	1.350	540	3.950	1.778
Diferido	-	-	43.339	25.137	-	-	4.252	1.913
Total do ativo	<u>524.744</u>	<u>200.715</u>	<u>669.540</u>	<u>388.333</u>	<u>385.881</u>	<u>154.352</u>	<u>110.353</u>	<u>49.659</u>
Passivo circulante	418.189	159.957	172.810	100.230	52.871	21.148	44.687	20.109
Passivo não circulante	797	306	407.214	236.184	203.883	81.553	52.720	23.724
Patrimônio líquido	105.758	40.452	89.516	51.919	129.127	51.651	12.946	5.826
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>524.744</u>	<u>200.715</u>	<u>669.540</u>	<u>388.333</u>	<u>385.881</u>	<u>154.352</u>	<u>110.353</u>	<u>49.659</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/10							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	380.215	145.432	150.204	87.118	36.808	14.723	26.749	12.037
Ativo não circulante	69.903	26.738	439.396	254.850	344.486	137.795	73.340	33.002
Realizável a Longo Prazo	-	-	29.414	17.060	27.637	11.055	171	77
Imobilizado	59.936	22.926	366.487	212.562	315.749	126.300	64.665	29.098
Intangível	9.967	3.812	156	91	1.100	440	4.127	1.857
Diferido	-	-	43.339	25.137	-	-	4.377	1.970
Total do ativo	<u>450.118</u>	<u>172.170</u>	<u>589.600</u>	<u>341.968</u>	<u>381.294</u>	<u>152.518</u>	<u>100.089</u>	<u>45.039</u>
Passivo circulante	362.530	138.668	85.265	49.454	55.830	22.332	35.105	15.797
Passivo não circulante	692	264	402.388	233.385	208.365	83.346	59.112	26.600
Patrimônio líquido	86.896	33.238	101.947	59.129	117.099	46.840	5.872	2.642
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>450.118</u>	<u>172.170</u>	<u>589.600</u>	<u>341.968</u>	<u>381.294</u>	<u>152.518</u>	<u>100.089</u>	<u>45.039</u>

	30/06/10							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	128.715	49.233	14.484	8.400	112.935	45.174	66.010	29.705
Custos dos serviços prestados	(42.637)	(16.308)	(2.804)	(1.626)	(65.079)	(26.032)	(29.010)	(13.055)
Lucro bruto	86.078	32.925	11.680	6.774	47.856	19.142	37.000	16.650
Despesas (Receitas) operacionais	(35.575)	(13.607)	(16.836)	(9.765)	0	0	(21.420)	(9.639)
Resultado operacional	50.503	19.318	(5.156)	(2.991)	47.856	19.142	15.580	7.011
Resultado financeiro	5.192	1.986	(42.235)	(24.496)	(7.179)	(2.871)	(4.545)	(2.045)
Resultado antes do IR e CS	55.695	21.304	(47.391)	(27.487)	40.677	16.271	11.035	4.966
IR e CS corrente e diferido	(18.885)	(7.224)	16.596	9.626	(13.630)	(5.452)	(3.986)	(1.794)
Lucro líquido (prejuízo) do período	36.810	14.080	(30.795)	(17.861)	27.047	10.819	7.049	3.172

	30/06/09							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar (*)	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	89.310	34.161	-	-	98.244	39.298	-	-
Custos dos serviços prestados	(32.005)	(12.242)	-	-	(53.961)	(21.585)	-	-
Lucro bruto	57.305	21.919	-	-	44.283	17.713	-	-
Despesas (Receitas) operacionais	(39.198)	(14.993)	(7.903)	(4.584)	405	162	-	-
Resultado operacional	18.107	6.926	(7.903)	(4.584)	44.688	17.875	-	-
Resultado financeiro	2.883	1.103	24.265	14.074	(3.467)	(1.387)	-	-
Resultado antes do IR e CS	20.990	8.029	16.362	9.490	41.221	16.488	-	-
IR e CS corrente e diferido	(8.125)	(3.108)	(5.219)	(3.027)	(16.653)	(6.661)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	12.865	4.921	11.143	6.463	24.568	9.827	-	-

(*) Conforme descrito na nota nº 1, a aquisição de 45% de participação na Controlar S.A., por meio da controlada CPC, ocorreu em 13 de agosto de 2009.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Caixa e bancos	1.457	74	22.838	15.579
Aplicações financeiras	<u>1.545.727</u>	<u>1.535.865</u>	<u>1.902.458</u>	<u>1.978.914</u>
	<u>1.547.184</u>	<u>1.535.939</u>	<u>1.925.296</u>	<u>1.994.493</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas à taxa de 99,40% do CDI, equivalente a 9,00% ao ano (8,70% ao ano em 31 de março de 2010).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	1.545.727	1.535.865	1.902.444	1.948.548
CDBs pós-fixados	-	-	-	30.352
Títulos de capitalização	-	-	14	14
Total	<u>1.545.727</u>	<u>1.535.865</u>	<u>1.902.458</u>	<u>1.978.914</u>

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Circulante				
Pedágio eletrônico - STP (a)	-	-	156.065	143.424
Receitas acessórias (c)	-	-	6.421	6.080
Pedágio eletrônico - outros (b)	-	-	10.712	10.627
Contraprestação pecuniária / SPTrans - São Paulo				
Transportes S.A. (f)	-	-	4.381	-
Outros	-	-	<u>790</u>	<u>790</u>
	-	-	178.369	160.921
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	<u>(24.055)</u>	<u>(22.151)</u>
	-	-	<u>154.314</u>	<u>138.770</u>
Não circulante				
Poder Concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	2.118	2.118
Contraprestação pecuniária / SPTrans - São Paulo				
Transportes S.A. (f)	-	-	<u>4.324</u>	-
	-	-	<u>30.734</u>	<u>26.410</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	-	-	<u>(26.410)</u>	<u>(26.410)</u>
	-	-	<u>4.324</u>	-

- (a) Refere-se ao contas a receber decorrente dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG's e estacionamento da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.
- (b) Refere-se ao contas a receber decorrente, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale-pedágio.
- (c) Refere-se ao contas a receber de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstos nos contratos de concessão.
- (d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias.
- (e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa possivelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

- (f) Refere-se ao contas a receber, do Poder Concedente, pela controlada em conjunto ViaQuatro, correspondente à contraprestação pecuniária, prevista no Termo Aditivo nº. 3, e que será recebida em 24 (vinte e quatro) parcelas, vencendo-se à primeira delas no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês do início da operação comercial de cada subtrecho da Fase I. Esses valores deverão ser reajustados anualmente pelo IGPM-FGV (50%) e IPC-FIPE (50%).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	19.761	10.570	21.672	13.405
Imposto de renda e contribuição social (a)	167	41	212.802	99.739
COFINS	6.246	5.969	7.176	7.190
CSLL	768	679	891	1.076
PIS	1.355	1.295	1.575	1.578
ISS de pedágio	5	5	476	476
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>560</u>	<u>547</u>
	<u>28.303</u>	<u>18.560</u>	<u>245.152</u>	<u>124.011</u>
Não circulante				
Saldo negativo de Imposto de renda e contribuição social	89.344	87.833	89.344	87.833
COFINS	-	450	-	461
PIS	<u>-</u>	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>100</u>
	<u>89.344</u>	<u>88.381</u>	<u>89.344</u>	<u>88.394</u>

(a) Do montante de R\$ 212.802, R\$ 191.311 refere-se às antecipações de IR e CS decorrentes da apuração do lucro real em 2010 (R\$ 78.453 em 31 de março de 2010), os quais serão transferidos para baixa da provisão do imposto de renda e contribuição social no passivo, no encerramento do exercício.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e baseadas em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Se ocorrerem fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	30/06/10	31/03/10
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	3.573	3.464
Base negativa de contribuição social	1.286	1.247
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	5.699	11.107
Perdas com operações de derivativos	2.028	2.626
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.240	4.613
Provisão para comissão sobre empréstimos	2.067	2.098
Provisão para devedores duvidosos	2.096	1.914
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	1.220	840
Provisão para contingências	357	197
Provisão de consultoria fiscal	-	16
Provisão para perda de investimentos	<u>122</u>	<u>122</u>
	<u>20.688</u>	<u>28.244</u>
Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	21.008	17.140
Base negativa de contribuição social	7.564	6.170
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	11.361	1.359
Provisão para devedores duvidosos	8.972	8.972
Provisão para contingências	4.465	5.556
Provisão para perda de investimentos	<u>368</u>	<u>367</u>
	<u>53.738</u>	<u>39.564</u>
Passivo circulante		
Variação cambial	10.788	11.390
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	368	794
Ganhos com operações de derivativos	<u>775</u>	<u>424</u>
	<u>11.931</u>	<u>12.608</u>
Passivo não circulante		
Variação cambial	11.684	12.611
Ajuste de prática contábil para a consolidação da Renovias	<u>16.636</u>	<u>16.311</u>
	<u>28.320</u>	<u>28.922</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	30/06/10	31/03/10
Ativo		
ViaLagos (1)	29.010	22.984
ViaLagos (2)	66	115
ViaOeste (2)	10.305	10.716
AutoBAn (2)	5.064	5.443
RodoNorte (2)	1.012	1.030
NovaDutra (2)	5.101	5.712
EngeLog(2)	-	1.655
STP (2)	1.048	880
CPC (2)	2.506	1.764
Ponte (2)	2.401	3.146
Parques (2)	391	398
ViaQuatro (1)	4.421	5.037
ViaQuatro (4)	<u>13.101</u>	<u>8.928</u>
	<u>74.426</u>	<u>67.808</u>
Passivo		
CPC (3)	16.636	16.312
ViaLagos (4)	8.758	9.241
Ponte (4)	3.173	3.241
ViaQuatro (4)	<u>11.684</u>	<u>12.736</u>
	<u>40.251</u>	<u>41.530</u>

- (1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002, a controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovadas pelos respectivos órgãos da Administração.
- (2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.
- (3) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº. 4f.
- (4) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos incidentes sobre as diferenças temporárias decorrentes dos resultados de operação com derivativos (quando aplicável) e variações cambiais, os quais estão sendo diferidos conforme facultado pela legislação fiscal, ou seja, estão sendo considerados dedutíveis ou tributáveis somente no momento de sua realização financeira.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2010	3.641
2011	3.863
2012	5.269
2013	2.545
2014 a 2016	8.498
2017 a 2020	<u>9.615</u>
	<u>33.431</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia (controladora) e a controlada RodoAnel não registraram o ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 30 de junho de 2010, nos montantes de R\$ 73.209 e R\$ 73.257 respectivamente, para a Controladora e R\$ 245.788 (prejuízos fiscais e bases negativas) para a controlada RodoAnel, em virtude do disposto na Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002. Se fosse registrado em 30 de junho de 2010, o saldo do ativo fiscal diferido seria de R\$ 24.895 para a Controladora e R\$ 83.568 para a controlada RodoAnel.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/10		30/06/09		30/06/10		30/06/09	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real								
Lucro antes da tributação/participação	293.563	293.563	337.848	337.848	527.266	527.266	548.777	548.777
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(18.227)	(18.227)	(17.436)	(17.436)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	(1.717)	(1.717)	(3.371)	(3.371)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	293.563	293.563	337.848	337.848	507.322	507.322	527.970	527.970
Ajuste referente ao resultado de equivalência patrimonial (REP)	(294.760)	(294.760)	(361.836)	(361.836)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e REP	(1.197)	(1.197)	(23.988)	(23.988)	507.322	507.322	527.970	527.970
Ajustes para o cálculo dos impostos (a)								
Adições	30.287	30.287	17.448	17.448	273.835	273.683	118.451	118.451
Exclusões	(316.046)	(316.046)	(14.965)	(14.965)	(480.633)	(480.696)	(132.641)	(132.082)
Base de cálculo dos impostos	(286.956)	(286.956)	(21.505)	(21.505)	300.524	300.309	513.780	514.339
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(2.341)	(2.341)	-	-	(9.899)	(9.834)	(20.075)	(25.079)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(289.297)	(289.297)	(21.505)	(21.505)	290.625	290.475	493.705	489.260
Impostos correntes (lucro real)	1.342	492	-	-	180.370	65.088	150.056	53.936
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	37.940	37.940	37.832	37.832
Receita financeira	-	-	-	-	235	235	297	297
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	12.376	12.376	12.403	12.403
Impostos correntes (lucro presumido)	-	-	-	-	3.071	1.113	3.132	1.138
Total de impostos correntes (lucro real e presumido)	1.342	492	-	-	183.441	66.201	153.188	55.074
Impostos diferidos								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	(31.439)	(31.439)	28.118	27.559
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	9.422	9.357	20.075	25.079
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(19.992)	(19.992)	(51.443)	(51.443)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	(42.009)	(42.074)	(3.250)	1.195
Impostos diferidos	-	-	-	-	(11.564)	(4.258)	(813)	109
Total de impostos correntes e diferidos	1.342	492	-	-	171.806	62.014	152.375	55.183
Alíquota efetiva	-	-	-	-	33%	12%	28%	10%

(a) Vide nota explicativa 18 e 23.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	30/06/10	31/03/10
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	<u>82.779</u>	<u>76.856</u>
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	2.103.037	1.962.811
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	<u>352.038</u>	<u>324.907</u>
	<u>2.455.075</u>	<u>2.287.718</u>

(1) Outorga da concessão

- (1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2010 era de R\$ 4.727 no circulante e de R\$ 73.268 no não circulante (R\$ 4.727 e R\$ 74.449 respectivamente em 31 de março de 2010).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

- (1.2) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2010 era de R\$ 3.297 no circulante e de R\$ 37.915 no não circulante (R\$ 3.297 e R\$ 38.740 respectivamente em 31 de março de 2010).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

- (1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2010 era de R\$ 1.177 no circulante e de R\$ 11.380 no não circulante (R\$ 1.177 e R\$ 11.674 respectivamente em 31 de março de 2010).

- (1.4) A controlada RodoAnel efetuou pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2010 era de R\$ 73.578 no circulante e de R\$ 1.980.474 no não circulante (R\$ 67.655 e R\$ 1.837.948 respectivamente em 31 de março de 2010).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(2) A mudança do prazo de concessão, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 27. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias, nesta última para fins desta demonstração, passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, de forma que o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, conforme segue:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

Em 30 de junho de 2010, o saldo dos valores reduzidos do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecidos como despesa paga antecipadamente é de R\$ 352.038 (R\$ 324.907 em 31 de março de 2010), sendo, na ViaOeste R\$ 42.635 (R\$ 39.350 em 31 de março de 2010), na AutoBAn R\$ 301.951 (R\$ 278.684 em 31 de março de 2010) e na Renovias R\$ 7.452 (R\$ 6.873 em 31 de março de 2010).

10 Despesas antecipadas e outras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	974	1.449	17.951	7.726
Seguros	122	-	13.480	12.764
Depósitos judiciais	-	-	7.350	7.350
Adiantamentos de pessoal	296	377	1.801	1.805
Outros	<u>1.449</u>	<u>1.375</u>	<u>4.091</u>	<u>5.198</u>
	<u>2.841</u>	<u>3.201</u>	<u>44.673</u>	<u>34.843</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais	152	155	8.460	8.821
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101</u>	<u>98</u>
	<u>152</u>	<u>155</u>	<u>8.561</u>	<u>8.919</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2010 e 31 de março de 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2010 e 2009, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas em conjunto, coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Serviços Prestados	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	1.617	-	-	-
Actua Assessoria S.A.	426	-	-	-	-	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (e)	-	457	429	1.724	-	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (b)	-	6	495.292	166.200	-	-
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	317	-	-	-	-	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	22.782	-	-	-	-
Companhia de Concessões Rodoviárias S.A. (Divisão Actua)	369	-	-	-	-	-
Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A.	-	198	185	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	-	991	930	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões	8	27	34	-	67	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	108	102	-	-	-
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.	-	856	803	-	20	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (c)	-	277	21.915	-	-	-
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (e)	-	-	1.298	-	-	-
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura (e)	-	-	3.197	-	-	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (e)	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	21	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Benito Roggio Transporte S.A. (d)	-	-	-	1.382	-	-
RATP Developpment S.A. (d)	-	-	-	1.383	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	72	42	-	-	-
COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	44	68	-	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	6.524	-	-	-	3.482	-
Plano de incentivo de longo prazo	2.180	-	-	-	4.082	7.445
Total, 30 de junho de 2010	<u>9.824</u>	<u>25.818</u>	<u>525.935</u>	<u>170.689</u>	<u>7.663</u>	<u>9.361</u>
Total, 31 de março de 2010	<u>5.346</u>	<u>16.924</u>	<u>574.881</u>	<u>4.389</u>	<u>13.271</u>	<u>10.890</u>
Total, 30 de junho de 2009	<u>8.953</u>	<u>33.848</u>				

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) Contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.
- (b) Contratos de mútuo, remunerados às taxas de CDI + 1,18% a.a., CDI + 0,74% a.a., CDI + 0,84% a.a., CDI + 1,25% a.a. e 114% do CDI para a controlada RodoAnel. Os vencimentos previstos são: 31 de agosto de 2010, 30 de setembro de 2010, 29 de outubro de 2010, 12 de novembro de 2010, 17 de dezembro de 2010 e 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.
- (c) Contratos de mútuo, remunerados à taxa de 115% do CDI para a controlada em conjunto ViaQuatro, com vencimento previsto para 18 de junho de 2011. A taxa de remuneração é equivalente às praticadas no mercado, na data em que as transações foram realizadas.
- (d) Contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.
- (e) Adiantamento para futuro aumento de capital.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

	Transações			Saldos			
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo		Passivo	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	23	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	56.556	-	-	-	28.164	-
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (i)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	-	-	378	-	-	-	-
Actua Assessoria S.A.	-	-	1.254	-	-	-	-
Companhia de Concessões Rodoviárias S.A. (Divisão Actua)	-	-	1.220	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	99.680	-	8	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	9.241	-	-	-
Outras partes relacionadas							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	139.297	-	-	81	-	25.346	-
Consórcio Operador Parques (d)	3.698	-	-	62	-	196	-
Consórcio Vila Velha (e)	-	2.761	-	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	43	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte S.A. (f)	-	-	-	-	1.382	-	-
RATP Developpment S.A. (f)	-	-	-	-	1.383	-	-
Encalco Construções S.A. (h)	-	-	-	-	-	26.066	8.747
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	98	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	6.259	-
Mitsui & Co Ltd. (g)	-	-	-	-	-	2.094	-
Montgomery Participações S.A. (g)	-	-	-	-	-	6.280	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	17.867	-	-	-	-	8.249	-
Plano de incentivo de longo prazo	2.180	-	-	-	-	4.082	7.445
Total, 30 de junho de 2010	<u>163.042</u>	<u>59.317</u>	<u>2.852</u>	<u>109.130</u>	<u>2.765</u>	<u>109.293</u>	<u>18.108</u>
Total, 31 de março de 2010	<u>71.653</u>	<u>16.933</u>	<u>1.583</u>	<u>84.796</u>	<u>2.665</u>	<u>83.351</u>	<u>10.890</u>
Total, 30 de junho de 2009	<u>126.907</u>	<u>94.544</u>	<u>2.247</u>				

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

- Valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.
- Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação da controlada NovaDutra.
- Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (d) Refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte, que conforme descrito na nota explicativa 4, desde 1º de maio de 2010 está sem atividades operacionais.
- (e) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte. O Consórcio Vila Velha está sem atividades operacionais desde 1º de maio de 2010, tendo sido encerrado em 31 de maio de 2010.
- (f) Contratos de mútuo com as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.
- (g) Contratos de mútuo da controlada em conjunto ViaQuatro com as empresas Montgomery e Mitsui, remunerados à taxa de 114% do CDI, com vencimento previsto para 18 de junho de 2011.
- (h) Contratos de mútuo da controlada RodoAnel com a empresa Encalso Construções S.A., remunerados às taxas de CDI + 1,18% a.a., CDI + 0,74% a.a., CDI + 0,84% a.a., CDI + 1,25% a.a. e 114% do CDI. Os vencimentos previstos são: 31 de agosto de 2010, 30 de setembro de 2010, 29 de outubro de 2010, 12 de novembro de 2010, 17 de dezembro de 2010 e 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.
- (i) Adiantamento para futuro aumento de capital.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	30/06/09	30/06/10	30/06/09
Remuneração fixa	3.241	2.944	7.987	7.050
Outros benefícios de curto prazo (1) / (a)	3.283	2.877	9.880	8.707
Plano de incentivo de longo prazo (2)	<u>2.180</u>	<u>609</u>	<u>2.180</u>	<u>609</u>
Total	<u>8.704</u>	<u>6.430</u>	<u>20.047</u>	<u>16.366</u>

(1) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.

(2) Conforme detalhado na nota explicativa nº. 17.

(a) O saldo de despesa com profissionais chave da administração (outros benefícios) em 30 de junho de 2009, foi ajustado em R\$ 918 na controladora e R\$ 4.898 no consolidado, para refletir o provisionamento / pagamentos das despesas com Programa de Participação nos Resultados (PPR).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	30/06/10	31/03/10
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	<u>2.033.690</u>	<u>1.921.193</u>
Total	<u>2.033.690</u>	<u>1.921.193</u>

b. Movimentação dos saldos

	<u>NovaDutra</u>	<u>AutoBA</u>	<u>ViaLagos</u>	<u>Ponte</u>	<u>RodoNorte</u>	<u>ViaOeste</u>	<u>CPC</u>	<u>RodoAnel</u>	<u>STP</u>	<u>ViaQuatro</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (*)	321.067	438.379	19.885	41.449	184.612	281.461	411.645	60.476	26.345	49.421
Resultado de equivalência patrimonial (**)	47.204	72.654	7.033	7.636	25.087	29.465	(1.264)	(60.360)	6.865	(10.651)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.270
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(24.465)	-	-	-	-	(49.001)	-	-	28	2.089
Lucro não realizado	38	52	-	2	43	8	-	6	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2010	<u>343.844</u>	<u>511.085</u>	<u>26.918</u>	<u>49.087</u>	<u>209.742</u>	<u>261.933</u>	<u>410.381</u>	<u>122</u>	<u>33.238</u>	<u>59.129</u>
Reclassificação de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (**)	35.994	103.875	8.924	6.411	25.785	32.537	1.921	(65.826)	7.214	(7.210)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(5.979)	(10.295)	(82.362)	-	-	-	-	-
Incorporação - transferência PL	-	-	-	-	-	-	4.398	-	-	-
Incorporação - Passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	(10.380)	-	-	-
Lucro não realizado	38	52	-	4	49	7	-	6	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	65.698	-	-
Saldo em 30 de junho de 2010	<u>379.876</u>	<u>615.012</u>	<u>29.863</u>	<u>45.207</u>	<u>153.214</u>	<u>294.477</u>	<u>406.320</u>	<u>-</u>	<u>40.452</u>	<u>51.919</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Parques</u>	<u>Actua</u> <u>Serviços</u>	<u>Actua</u> <u>Assessoria</u>	<u>EngeLog</u>	<u>CPCI</u>	<u>CPCSP</u>	<u>CR México</u>	<u>CCR USA</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (*)	405	103	11.729	(8.300)	1	1	1.093	76	1.839.848
Resultado de equivalência patrimonial (**)	102	4.361	3.294	5.655	-	-	(461)	(60)	136.560
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	18.270
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(4.670)	(550)	(3.800)	-	-	-	-	(80.369)
Lucro não realizado	-	-	-	(377)	-	-	-	-	(228)
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	82	2	84
Provisão para passivo a descoberto	-	206	-	6.822	-	-	-	-	7.028
Saldo em 31 de março de 2010	<u>507</u>	<u>-</u>	<u>14.473</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>714</u>	<u>18</u>	<u>1.921.193</u>
Reclassificação de passivo a descoberto	-	(206)	-	(6.822)	-	-	-	-	(7.028)
Resultado de equivalência patrimonial (**)	24	3.296	3.339	2.812	(21)	-	(738)	(43)	158.294
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	2.288	176	2.464
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(1.913)	(3.294)	(1.950)	-	-	-	-	(105.793)
Incorporação - transferência PL	-	(1.177)	-	(4.398)	-	-	-	-	(1.177)
Incorporação - Passivo a descoberto	-	-	-	10.380	-	-	-	-	-
Lucro não realizado	-	-	-	(22)	-	-	-	-	134
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(99)	4	(95)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	65.698
Saldo em 30 de junho de 2010	<u>531</u>	<u>-</u>	<u>14.518</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>1</u>	<u>2.165</u>	<u>155</u>	<u>2.033.690</u>

(*) O saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009 está apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto no valor de R\$ 8.300.

(**) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, deve-se somar a equivalência das controladas mais o valor do lucro não realizado (R\$ 94 em 30/06/10 e R\$ 228 em 31/03/10)

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas

	NovaDutra		AutoBA		ViaLagos		Ponte	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Capital social	257.911	230.769	246.750	218.750	11.292	11.292	28.297	26.662
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.710	9.710
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	379.876	343.844	615.012	511.085	29.863	26.918	45.207	49.087
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	379.876	343.844	615.012	511.085	29.863	26.918	45.207	49.087
	RodoNorte		ViaOeste		RodoAnel		STP	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Capital social	107.480	107.480	139.763	139.763	200.000	200.000	37.050	37.050
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1.846.936	1.846.936	13.976.292	13.976.292	190.000	190.000	8.529	8.529
Ordinárias	645.198	645.198	6.988.146	6.988.146	95.000	95.000	8.529	8.529
Preferenciais	1.201.738	1.201.738	6.988.146	6.988.146	95.000	95.000	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	178.322	244.113	294.477	261.933	(69.156)	128	105.758	86.897
Participação no capital social, no final do exercício - %	85,92	85,92	100	100	95	95	38,25	38,25
Participação no patrimônio líquido	153.214	209.742	294.477	261.933	(65.698)	122	40.452	33.238
	ViaQuatro		Parques		CCR México		CCR USA	
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2010	31/03/2010
Capital social	105.135	105.135	10	10	12.263	9.975	7.076	6.900
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	63.572	63.572	9	9	4.100	4.100	0,3	0,3
Ordinárias	32.882	32.882	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	30.690	30.690	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	9	9	4.100	4.100	0,3	0,3
Patrimônio líquido	89.516	101.947	618	590	2.165	714	155	18
Participação no capital social, no final do exercício - %	58	58	85,92	85,92	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	51.919	59.129	531	507	2.165	714	155	18

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas (continuação)

	EngeLog		CPC		CPCI		CPCSP	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Capital social	-	10	417.546	413.148	1	1	1	1
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	-	10	450.725	445.580	1	1	1	1
Ordinárias	-	-	225.363	222.790	0,5	0,5	0,5	0,5
Preferenciais	-	-	225.362	222.790	0,5	0,5	0,5	0,5
Quotas	-	10	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (antes incorporação)	4.398	(6.829)	416.507	414.526	(20)	1	1	1
Incorporação - Transferência PL	(4.398)	-	4.398	-	-	-	-	-
Incorporação - Lucro não realizado	-	-	(10.481)	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (após incorporação)	-	-	410.424	-	-	-	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,90	99,90	99,00	99,00	99,90	99,90	99,90	99,90
Participação no patrimônio líquido	-	(6.822)	406.320	410.381	(20)	1	1	1

	Actua Assessoria		Actua Serviços		Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Capital social	10	10	-	10	2.025.342	2.025.348	2.025.342	2.025.348
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	10	10	-	10	441.397	441.397	441.397	441.397
Ordinárias	-	-	-	-	441.397	441.397	441.397	441.397
Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	10	10	-	10	-	-	-	-
Patrimônio líquido	14.518	14.487	-	(206)	3.168.941	3.012.814	3.168.941	3.012.814
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	99,90	-	99,90	100	100	-	-
Participação no patrimônio líquido	14.518	14.473	-	(206)	3.168.941	3.012.814	-	-

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "i"). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada, provisoriamente, até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Controlada. Em razão disso, os acionistas e a Controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2009

Desde o ano de 2003, a Controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, tiveram sentenças favoráveis à Controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento. Em relação ao reajuste de 2003 a Controlada apelou quanto ao aspecto formal da sentença e ao ônus da sucumbência. E em 2009, teve liminar deferida favoravelmente à Controlada, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$16.000. A Controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A Controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 03 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. A ação está em fase de instrução. Paralelamente, o Estado do Paraná recorreu da decisão liminar, mas não obteve êxito.

vii. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Sentença de extinção da ação sem julgamento do mérito, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo-ARTESP e dos acionistas da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias e Encalço Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a aplicação imediata da sentença em razão de anterior decisão do Tribunal de Justiça.

Em 03 de agosto de 2009, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, deferiu o pedido de liminar suspensiva requerida no Pedido da Reclamação, mantendo a cobrança até o trânsito em julgado da ação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os acionistas controladores e a administração das controladas reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações trimestrais das referidas controladas e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas representam respectivamente 4,58% e 10,55% para a controlada RodoNorte e 23,20% e 3,65% para a controlada RodoAnel, dos valores consolidados.

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		30/06/10		31/03/10	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.422	(812)	610	586
Máquinas e equipamentos	20	1.434	(1.021)	413	438
Veículos	20	357	(12)	345	354
Instalações e edificações	7	550	(550)	-	-
Imobilizações em andamento	-	<u>542</u>	<u>-</u>	<u>542</u>	<u>18</u>
		<u>4.305</u>	<u>(2.395)</u>	<u>1.910</u>	<u>1.396</u>

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		30/06/10		31/03/10	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	18.770	(8.508)	10.262	10.111
Máquinas e equipamentos	13	136.790	(74.968)	61.822	57.514
Material rodante	-	27.298	-	27.298	-
Veículos	20	52.243	(33.116)	19.127	15.029
Desapropriações	5	225.461	(79.569)	145.892	144.476
Instalações e edificações	6	330.089	(116.222)	213.867	199.049
Dispositivos de proteção e segurança	6	244.377	(114.841)	129.536	128.291
Pavimentos	11	2.125.584	(1.253.498)	872.086	808.397
Projetos e investimentos ambientais	6	191.601	(72.047)	119.554	116.364
Obras de arte especiais	5	873.945	(237.295)	636.650	585.098
Obras de arte correntes	5	412.947	(174.106)	238.841	220.529
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.541	(17.105)	13.436	13.708
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	7	82.618	(23.364)	59.254	53.965
Sinalizações	29	189.538	(151.670)	37.868	38.370
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	561.025	(184.768)	376.257	355.282
Obras preliminares e complementares	6	201.861	(99.891)	101.970	100.229
Sistemas operacionais	11	275.298	(180.976)	94.322	93.404
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	193.312	(77.789)	115.523	117.046
Imobilizações em andamento (a)	-	823.367	-	823.367	799.135
Adiantamento para aquisição de imobilizado (b)	-	<u>57.722</u>	<u>-</u>	<u>57.722</u>	<u>71.987</u>
		<u>7.054.387</u>	<u>(2.899.733)</u>	<u>4.154.654</u>	<u>3.927.984</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) A descrição das principais imobilizações em andamento em 30 de junho de 2010 são as seguintes:

- AutoBAN: R\$ 399.049 – i) obras do complexo Anhanguera na SP330; ii) implantação de marginais dos Km 92 ao 98 na SP330; iii) obras do complexo do km 110 na SP330; iv) recuperação de obras de artes especiais na SP330 e SP348; v) recuperação de pórticos e semi-pórticos na SP330 e SP348 e melhorias viárias na marginal Tietê; vi) duplicação PLN-020 (Pista Leste Norte) e Dispositivo Pirelli/3M na SP330; vii) 3º intervenção, km 15 ao km 102 na SP348;
- ViaOeste: R\$ 90.223 – i) obras do complexo Cebolão; ii) obras no trevo de Jandira na SP280; iii) implantação do posto geral de fiscalização (PGF) no km 73,5 pista leste da SP270; iv) reconfiguração das praças de pedágio dos km 18 e 20 da SP280; v) recuperação de obras de artes especiais; vi) melhorias do entroncamento do km 20 da SP280 e alças RodoAnel; vii) implantação faixa adicional 76 ao 77 da SP270; viii) construção de marginais km 95 ao km 105, pista leste e pista oeste SP270;
- NovaDutra: R\$ 89.931 - i) recuperação, reforço e alargamento de obras de arte especiais; ii) implantação de passarelas; iii) execução de serviços de estabilização de taludes; iv) obras de encabeçamentos e capeamentos; v) obras no viaduto Bulhões no km 292,79; vi) implantação de marginal do km 169 ao 172,9 sul (RJ); vii) construção de marginais do km 170,4 ao 176,0 norte (RJ); viii) recuperação de pavimento;
- RodoNorte: R\$ 20.718 – i) recuperação e manutenção de pavimento flexível; ii) manutenção de pavimento rígido e obras de contenção de talude em pontos críticos; iii) recuperação de drenagem;
- RodoAnel: R\$ 32.700 – i) implantação da segunda fase das obras na praça de pedágio no km 3,6 e no km 14; ii) conservação especial de túneis; iii) recuperação de taludes e recuperação de obras de arte especiais;
- Ponte: R\$ 2.669 – recuperação de estrutura metálica e recuperação de dolphins principais;
- ViaQuatro: R\$ 171.148 - aquisição de equipamentos (trens e sistemas);

(b) A controlada em conjunto ViaQuatro, efetuou os seguintes e principais adiantamentos para os fornecedores Siemens Ltda., Siemens Transportation Systems, Siemens AG, SEPSA – Sistemas Eletrônicos de Potência S.A. e Hyundai Rotem Company totalizando R\$ 57.722, para a elaboração do projeto, que prevê:

- Fornecimento de 14 trens com 6 carros cada, incluindo estudo de comportamento dinâmico do veículo e sobressalentes obrigatórios;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Fornecimento do sistema de sinalização, incluindo análise de segurança e sobressalentes obrigatórios;
- Fornecimento do sistema de comando centralizado da via e pátio, incluindo sobressalentes obrigatórios; e
- Fornecimento do sistema de comunicação móvel, incluindo sobressalentes obrigatórios.

Os adiantamentos foram baixados parcialmente de acordo com a entrada das faturas.

Movimentação do custo - consolidado

	31/03/10		30/06/10			
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Custo
Móveis e utensílios	18.415	142	(401)	-	614	18.770
Máquinas e equipamentos	129.080	5.417	(1.289)	-	3.582	136.790
Material rodante	-	-	-	-	27.298	27.298
Veículos	47.572	32	(1.035)	-	5.674	52.243
Desapropriações	221.442	-	(394)	-	4.413	225.461
Instalações e edificações	310.708	5.860	-	-	13.521	330.089
Dispositivos de proteção e segurança	240.411	-	-	-	3.966	244.377
Pavimentos	2.020.641	-	-	-	104.943	2.125.584
Projetos e investimentos ambientais	185.655	-	-	-	5.946	191.601
Obras de arte especiais	811.049	-	-	-	62.896	873.945
Obras de arte correntes	389.969	-	-	-	22.978	412.947
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. Canteiros	30.541	-	-	-	-	30.541
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	75.810	-	-	(38)	6.846	82.618
Sinalizações	184.934	-	-	-	4.604	189.538
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	533.172	-	-	-	27.853	561.025
Obras preliminares e complementares	197.612	-	-	-	4.249	201.861
Sistemas operacionais	270.276	219	(2.148)	-	6.951	275.298
Imobilizado de Rodovias - Renovias	190.959	2.313	-	-	40	193.312
Imobilizações em andamento	799.135	317.128	-	-	(292.896)	823.367
Adiantamento para aquisição de imobilizado	71.987	18.880	(18.155)	-	(14.990)	57.722
	<u>6.729.368</u>	<u>349.991</u>	<u>(23.422)</u>	<u>(38)</u>	<u>(1.512)</u>	<u>7.054.387</u>

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog - Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. Em 31 de maio de 2010, a Engelog foi incorporada pela CPC e o Consórcio Vila Velha foi encerrado.

(2) O valor líquido de R\$ 1.512 corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação - consolidado

	31/03/10		30/06/10		
	Depreciação	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Depreciação
Móveis e utensílios	(8.304)	(428)	224	-	(8.508)
Máquinas e equipamentos	(71.566)	(4.502)	1.100	-	(74.968)
Veículos	(32.543)	(1.600)	1.027	-	(33.116)
Desapropriações	(76.966)	(2.769)	166	-	(79.569)
Instalações e edificações	(111.659)	(4.563)	-	-	(116.222)
Dispositivos de proteção e segurança	(112.120)	(2.721)	-	-	(114.841)
Pavimentos	(1.212.244)	(41.254)	-	-	(1.253.498)
Projetos e investimentos ambientais	(69.291)	(2.756)	-	-	(72.047)
Obras de arte especiais	(225.951)	(11.344)	-	-	(237.295)
Obras de arte correntes	(169.440)	(4.666)	-	-	(174.106)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. E mob. canteiros	(16.833)	(272)	-	-	(17.105)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(21.845)	(1.736)	-	217	(23.364)
Sinalizações	(146.564)	(5.106)	-	-	(151.670)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(177.890)	(6.878)	-	-	(184.768)
Obras preliminares e complementares	(97.383)	(2.508)	-	-	(99.891)
Sistemas operacionais	(176.872)	(5.906)	1.802	-	(180.976)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	(73.913)	(3.876)	-	-	(77.789)
	<u>(2.801.384)</u>	<u>(102.885)</u>	<u>4.319</u>	<u>217</u>	<u>(2.899.733)</u>

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog - Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. Em 31 de maio de 2010, a Engelog foi incorporada pela CPC e o Consórcio Vila Velha foi encerrado.

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		30/06/10		31/03/10	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	18	623	(499)	124	148
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(13.010)	2.298	3.063
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	<u>16.569</u>	<u>(15.958)</u>	<u>611</u>	<u>1.532</u>
		<u>42.411</u>	<u>(35.022)</u>	<u>7.389</u>	<u>9.099</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2009, foi realizado teste de redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa abaixo, baseado em seu valor em uso, mediante o desconto do fluxo de caixa de dividendos futuros gerados a partir do uso continuado da unidade ou até o fim dos contratos de concessão. Os valores em uso foram superiores aos valores contábeis e, portanto, nenhum ajuste foi reconhecido. Não ocorreu no semestre nenhum evento indicativo da necessidade de revisão dos testes de recuperabilidade realizados anualmente.

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		30/06/10			31/03/10
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	14	31.792	(20.878)	10.914	10.639
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	17.276	(6.151)	11.125	10.225
Ágio - ViaOeste (a)	6	251.709	(78.292)	173.417	176.896
Ágio - STP (b) (*)	10	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(13.010)	2.298	3.063
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	2.970	(2.970)	-	-
Ágio - CPC - Renovias (e)	7	209.209	(31.132)	178.077	181.812
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(15.959)	610	1.531
Ágio - CPC - Controlar (g)	11	<u>136.719</u>	<u>(13.022)</u>	<u>123.697</u>	<u>127.604</u>
		<u>691.463</u>	<u>(186.969)</u>	<u>504.494</u>	<u>516.126</u>

Movimentação do custo - consolidado

	31/03/10	30/06/10			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferência (1)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	30.426	171	(7)	1.202	31.792
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	15.775	1.191	-	310	17.276
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	251.709
Ágio - STP (b) (*)	9.911	-	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	-	2.970
Ágio - CPC - Renovias (e)	209.209	-	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	16.569	-	-	-	16.569
Ágio - CPC - Controlar (g)	<u>136.719</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>136.719</u>
	<u>688.596</u>	<u>1.362</u>	<u>(7)</u>	<u>1.512</u>	<u>691.463</u>

(1) O valor de R\$ 1.512 corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para as contas de intangível.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da amortização – consolidado

	31/03/10	30/06/10	
	Amortização	Adições	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(19.787)	(1.091)	(20.878)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(5.550)	(601)	(6.151)
Ágio - ViaOeste (a)	(74.813)	(3.479)	(78.292)
Ágio - STP (b) (*)	(5.555)	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(12.245)	(765)	(13.010)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.970)	-	(2.970)
Ágio - CPC – Renovias (e)	(27.397)	(3.735)	(31.132)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	(15.038)	(921)	(15.959)
Ágio – CPC - Controlar (g)	(9.115)	(3.907)	(13.022)
	<u>(172.470)</u>	<u>(14.499)</u>	<u>(186.969)</u>

(*) Conforme disposto na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP deixou de ser amortizado a partir de janeiro de 2009, em decorrência deste investimento não ter vida útil definida. O ágio é submetido anualmente a teste de recuperabilidade.

Os demais ágios têm vida útil definida e por este motivo continuam sendo amortizados linearmente pelo prazo de vida útil, sendo submetidos a teste de recuperabilidade anualmente.

a. Ágio -ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago às outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. Ágio - Parques e RodoNorte

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, e é amortizado linearmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. Ágio - CPC - Renovias

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

g. Ágio - CPC - Controlar

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 45% da Controlar S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Controlar. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos e empréstimos

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Consolidado		
						30/06/10	31/03/10	
Em moeda nacional								
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2012	21.829	25.283
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,12% a.a.	8,1901% (a)	535	422	15 de Fevereiro de 2017	230.834	230.513
1.1	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2012	13.098	15.170
1.1	Banco Bradesco S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2012	8.732	10.113
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2012	4.366	5.057
1.5	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a.	N/I	-	-	15 de Dezembro de 2011	10.770	12.568
1.7	Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,8% a.a.	N/I	-	-	30 de Dezembro de 2010	381.328	371.428
1.8	Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	-	18 de Dezembro de 2013	30.851	31.725
1.9	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 1% a.a.	N/I	-	-	15 de Novembro de 2014	3.865	4.106
1.10	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7% a.a.	N/I	-	-	15 de Outubro de 2013	1.387	1.497
1.11	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. e Banco Bradesco S.A.	TJLP + 3% a.a.	N/I	-	-	15 de Julho de 2012	2.962	3.357
1.12	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	N/I	-	-	15 de Abril de 2011	346	450
Subtotal moeda nacional							710.368	711.267
Em moeda estrangeira								
1.2	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	N/I	-	-	20 de Agosto de 2010	81.632	78.826
1.3	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 3,19% a.a.	N/I	-	-	9 de Julho de 2010	26.092	25.710
1.3	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 3,19% a.a.	N/I	-	-	9 de Julho de 2010	3.887	3.830
1.4	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 3,75% a.a.	5,9271% (a)	22.633	22.187	15 de Novembro de 2024	521.150	517.895
1.4	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 3,50% a.a.	5,6514% (a)	15.089	14.739	15 de Novembro de 2022	347.377	344.966
1.6	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 1,9% a.a. a 2,5% a.a.	3,3078% (a)(b)	13.906	12.613	15 de Fevereiro de 2020	174.033	170.314
1.6	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 2,2% a.a. a 2,8% a.a.	3,4302% (a)(b)	3.903	3.544	15 de Fevereiro de 2023	50.317	49.211
Subtotal moeda estrangeira							1.204.488	1.190.752
Total de financiamentos e empréstimos							1.914.856	1.902.019
Circulante								
Financiamentos e empréstimos							563.533	542.519
Custos de transação							(5.193)	(4.802)
Total							558.340	537.717
Não circulante								
Financiamentos e empréstimos							1.404.828	1.414.313
Custos de transação							(48.312)	(50.011)
Total							1.356.516	1.364.302

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	30/06/10	31/03/10
2011	71.665	71.781
2012	120.387	75.432
2013	157.448	96.486
2014	136.411	94.732
Após 2014	<u>918.917</u>	<u>1.075.882</u>
Total	<u>1.404.828</u>	<u>1.414.313</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 220.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris (ABN Amro Real).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias é de R\$ 68.301 e da conta reserva é de R\$ 51.898 em 30 de junho de 2010 totalizando R\$ 120.199 (R\$ 119.500 em 31 de março de 2010).
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao IFC, BID e BNDES, que foram liquidados, antecipadamente, em 11 de maio 2006. Entretanto, mantém-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

Os juros adicionais correspondentes aos anos de 2004 a 2007 foram de R\$ 6.963, cujo pagamento foi feito entre outubro de 2008 a março de 2009 e o valor referente ao ano de 2008 foi de R\$ 7.062, e o pagamento foi realizado em maio e junho de 2009. O valor de R\$ 3.555, referente ao ano de 2009, foi pago em abril de 2010.

A controlada possui provisionado em 30 de junho de 2010, na rubrica de outras contas a pagar, o montante de R\$ 6.080 (R\$ 6.171 em 31 de março de 2010) relativo ao exercício de 2010 para o cumprimento dessa obrigação.

Em 05 de fevereiro de 2009, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Em fevereiro, maio e novembro de 2009, foram liberadas as três primeiras parcelas do financiamento, nos valores de R\$ 110.000, R\$ 75.000 e R\$ 22.000, respectivamente e em março de 2010 foi liberada a quarta parcela no valor de R\$ 21.951.

As principais garantias e cláusulas restritivas desse contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas delas decorrentes;
- Penhor de todas as ações emitidas pela controlada;
- Manter, durante a vigência do Contrato, o seguinte índice apurado trimestralmente: (Patrimônio Líquido + Dividendos a Pagar) / Ativo Total: igual ou maior que 20% (vinte por cento).

1.2 ViaLagos

Em 05 de setembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em iene no valor de R\$ 68.000 junto ao Banco do Brasil S.A., com vencimento em parcela única em 20 de agosto de 2010 e com encargos financeiros de 5,8225% a.a. Foi realizada uma operação de *hedge (swap)* com taxa de 103,20% da variação acumulada do CDI, vinculada a este empréstimo.

Em 29 de agosto de 2008, o empréstimo e a operação de *swap* vinculada foram parcialmente liquidados, sendo o valor de principal amortizado de R\$ 7.807, juros de R\$ 453 e *hedge (swap)* de R\$ 1.666.

1.3 Ponte

Em 14 de julho de 2008, a controlada firmou 2 contratos de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., com vencimento para 14 de julho de 2009 e encargos financeiros de 6,13% a.a., nos montantes de US\$ 11.001 mil e US\$ 13.999 mil, e contratou *hedge (swap)* às taxas de 109,70% da variação acumulada do CDI, vinculada a este empréstimo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 14 de julho de 2009, os contratos de *hedge (swap)* foram integralmente liquidados e um dos contratos de empréstimos foram liquidados parcialmente, sendo que o vencimento dos saldos remanescentes de US\$ 2.085 mil e US\$ 13.999 mil foram prorrogados para 09 de julho de 2010, com juros de 3,19% a.a. e com a taxa do *hedge* alterada para 123,50% da variação acumulada do CDI.

Em 07 de julho de 2010, o contrato de empréstimo no valor de US\$ 2.085 mil foi integralmente liquidado e o contrato de empréstimo no valor de US\$ 13.999 mil foi liquidado parcialmente. Adicionalmente foi efetuado um aditamento para uma nova operação no valor de R\$ 22.000 com vencimento em 07 de julho de 2011 com juros de 111% do CDI.

1.4 RodoAnel

Em 03 de dezembro de 2009, a controlada assinou o contrato de financiamento de longo prazo com o BID (Inter-American Development Bank) e JBIC (Japan Bank for International Cooperation) no valor de US\$ 500 milhões, sendo US\$ 300 milhões com o BID e outros bancos comerciais (BID A e BID B) e US\$ 200 milhões com o JBIC. Tal valor foi desembolsado integralmente no dia 22 de dezembro e conta com as seguintes condições financeiras:

- Pagamentos de juros: semestrais a cada 15 de maio e 15 de novembro, a partir de 15 de maio de 2010;
- Pagamentos de principal: semestrais a cada 15 de maio e 15 de novembro, a partir de 15 de maio de 2011. Os valores dos pagamentos são crescentes, sendo o primeiro no montante de US\$ 750 mil correspondentes ao BID A e BID B e US\$ 500 mil correspondente ao JBIC e o último de US\$ 6.000 mil para o BID A, US\$ 14.500 mil para o BID B e US\$ 12.000 mil para o JBIC;
- Vencimento final:
 - BID A e JBIC: 15 de novembro de 2024; e
 - BID B: 15 de novembro de 2022.
- Remuneração:
 - BID A e JBIC: Libor (6 meses) + 3,75% a.a. e
 - BID B: Libor (6 meses) + 3,50% a.a.

O financiamento exige um programa de *hedge* mínimo que considera: i) proteção contra flutuações da taxa Libor por um período mínimo de 5 anos; e ii) proteção contra flutuações cambiais do fluxo de pagamentos de juros e principal por um período mínimo de 24 meses.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária das ações da concessionária;
- Cessão fiduciária de direitos e de créditos;
- Cessão condicional de contrato;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Assunção condicional temporária (*step-in rights*);
- Suporte dos acionistas para determinados eventos;
- Manter em conta reserva para Operação e Manutenção o equivalente a 25% do valor estimado de gastos operacionais ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 30 de junho de 2010 é de R\$ 7.767 (R\$ 7.767 em 31 de março de 2010).
- Manter em conta reserva do Serviço da dívida o equivalente a 6 meses do valor do serviço da dívida a vencer ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 30 de junho de 2010 é de R\$ 20.705 (R\$ 8.954 em 31 de março de 2010).
- A concessionária está impedida de realizar qualquer pagamento restrito (o qual inclui distribuição de dividendos aos acionistas) caso o ICSD seja inferior a 1,25.

ICSD = (Geração de Caixa Líquida / Serviço da Dívida Sênior), ambos definidos no contrato de financiamento.

O financiamento permite realavancagem com compartilhamento de garantias caso, após a entrada em operação do Trecho Sul do RodoAnel Mario Covas, o ICSD seja superior a 1,5 e permaneça assim, considerando tal realavancagem. Os recursos da realavancagem deverão ser usados obrigatoriamente para a amortização antecipada das debêntures subordinadas.

1.5 CPC - Renovias

Em 04 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou novo contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 53.202.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, nos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre dezembro de 2006 e dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia janeiro de 2009 até dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante 30 meses do prazo de amortização e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Em 30 de junho de 2010, o saldo da conta reserva é de R\$ 3.548 (R\$ 3.666 em 31 de março de 2010);
- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado como ônus fixo da concessão constante do passivo total; e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos demais contratos já firmados após a celebração deste contrato, cujo valor acumulado supere R\$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

1.6 ViaQuatro

Em 7 de outubro de 2008, a controlada em conjunto ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Financiamento BID A (Fase I):
 - Valor: US\$ 69.200 mil;
 - Prazo total: 15 anos;
 - Custo:
 - Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.
- Financiamento BID A (Fase II):
 - Valor: US\$ 59.500 mil;
 - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Financiamento BID B (somente Fase I):

- Valor: US\$ 240.000 mil;
- Prazo total: 12 anos;
- Custo:

Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;

Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;

Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor quando:

- Em razão de circunstâncias que afetem o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;
- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

A primeira liberação ocorreu no dia 11 de dezembro de 2008 nos valores de US\$ 22.146 mil referente ao BID A e US\$ 76.828 mil referente ao BID B, a segunda liberação ocorreu em 30 de julho de 2009 nos valores de US\$ 12.799 mil referente ao BID A e US\$ 44.402 mil referente ao BID B e a terceira liberação ocorreu em 01 de fevereiro de 2010 nos valores de US\$ 16.110 mil referente ao BID A e US\$ 55.890 mil referente ao BID B.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada em conjunto, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R\$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos).
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada em conjunto, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500;
- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após último desembolso do financiamento da Fase I do Projeto;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;
- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a Conclusão do Projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o seguinte índice:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

Em 07 e 16 de junho de 2010, a controlada firmou com o Banco Bradesco SA, dois contratos de SWAP, nos montantes de US\$ 10.000 mil e EUR 11.779 mil a uma taxa de câmbio inicial de R\$/US\$ 1,865 e R\$/EUR 2,2153, com vencimentos em 7 e 20 de julho de 2010, respectivamente. As remunerações destes contratos correspondem à variação acumulada de 100% do CDI a.a., na ponta passiva e 1,65% a.a. e 5% a.a., mais variação cambial na ponta ativa, respectivamente. Estes contratos têm como finalidade a proteção de desembolsos de investimento da Controlada. Esses contratos foram liquidados integralmente nas datas indicadas acima.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 07 e 20 de julho de 2010, a controlada firmou com o Banco Bradesco SA, dois contratos de SWAP, nos montantes de US\$ 17.720 mil e EUR 27.231 mil a uma taxa de câmbio inicial de R\$/US\$ 1.772 e R\$/EUR 2.3177, com vencimentos em 6 e 20 de agosto de 2010, respectivamente. As remunerações destes contratos correspondem à variação acumulada de 100% do CDI a.a., na ponta passiva e 1,5% a.a. e 3% a.a., mais variação cambial na ponta ativa, respectivamente. Estes contratos têm como finalidade a proteção de desembolsos de investimento da Controlada.

1.7 NovaDutra

Em 29 de julho de 2009, a CCR transferiu a totalidade de seus direitos e obrigações previstas em Contrato de Mútuo firmado com a controlada em 10 de fevereiro de 2009, para o Itaú BBA S.A. através do Aditamento e Consolidação de Dívida Subordinada, sendo o montante desta Cessão de R\$ 347.354, com vencimento em 30 de dezembro de 2010.

A remuneração desta Cessão é correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias do CDI de um dia, acrescida de 1,80% a.a., sendo a remuneração paga integralmente na data de vencimento, ou na data do pagamento antecipado facultativo.

Esta dívida somente poderá ser liquidada após o pagamento das debêntures, a qual possui vencimento em 1º de julho de 2010. Essas debêntures foram liquidadas antecipadamente em 30 de junho de 2010.

1.8 Controlar

Em 24 de novembro de 2009, a controlada em conjunto contratou financiamento com o Banco Itaú BBA S.A., no montante de R\$ 70.000 destinados a; (i) prorrogar vencimento de financiamento de R\$ 35.000 contratado em 2008; e (ii) captar R\$ 35.000 adicionais para a expansão de suas atividades, tendo o valor integral sido liberado até 31 de março de 2010.

A remuneração deste financiamento corresponde à variação acumulada do CDI, acrescida de 1,7% a.a., sendo que a amortização do principal e o pagamento dos juros inicia após um ano, trimestralmente durante 3 anos, com os vencimentos em 28 de janeiro de 2013 para o montante de R\$ 35.000, 11 de novembro de 2013 para o montante de R\$ 15.000 e 18 de dezembro de 2013 para o montante de R\$ 20.000.

A renovação do montante de R\$ 35.000 foi realizada de acordo com as datas de vencimento de cada CCB.

As garantias e as principais cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Fiança dos acionistas para 100% do endividamento;
- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Projeto e indenizações devidas pelo Poder Concedente;
- Limitação do endividamento líquido em R\$ 100.000;
- Manutenção do índice endividamento líquido / EBITDA inferior a 3,0, sendo a apuração deste índice realizada semestralmente;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Restrição de distribuição de dividendos, pela controlada, além do mínimo legalmente permitido, durante o período decorrido entre a assinatura de cada CCB e a data na qual deverá ser paga a primeira parcela de principal; e
- Restrições para modificações da composição dos acionistas controlada em conjunto sem a prévia anuência do financiador.

1.9 FINAME com encargos financeiros de 1,0% a.a. mais TJLP.

Em agosto e setembro de 2009, a controlada AutoBAn firmou seis contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no montante total de R\$ 833, destinado à compra de caminhões, caminhão trator, plataforma autossocorro e guincho de socorro (reboque). A amortização do principal se dará em quarenta e cinco e em cinquenta e sete parcelas mensais, entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de outubro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de novembro de 2009 e 15 de janeiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.

De agosto a dezembro de 2009, a controlada RodoNorte firmou dez contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no montante total de R\$ 2.787, destinado à compra de caminhões, caminhão trator, plataforma autossocorro e guincho de socorro (reboque). A amortização do principal se dará em cinquenta e sete e em quarenta e cinco parcelas mensais, entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de outubro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de novembro de 2009, 15 de dezembro de 2009 e 15 de janeiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.

Em agosto e setembro de 2009, a controlada RodoAnel firmou quatro contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no montante total de R\$ 638, destinado à compra de caminhões, guincho de socorro (reboque) e equipamento de demarcação viária. A amortização do principal se dará em cinquenta e sete e em quarenta e cinco parcelas mensais, entre 15 de janeiro de 2010 e 15 de novembro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de dezembro de 2009 e 15 de fevereiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.

1.10 FINAME com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP

Em 01 de julho de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 421, destinado à compra de caminhões e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 02 de julho de 2008, a controlada RodoNorte firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 706, destinado à compra de caminhões e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 04 de agosto de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 186, destinado à compra de caminhões e cesta aérea. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 10 de outubro de 2008, a controlada NovaDutra firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 435, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de outubro de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

1.11 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 26 de junho de 2007, a controlada RodoNorte firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R\$ 2.432, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 e em 16 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou três contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R\$ 1.035, destinado à compra de caminhões e equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de maio de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada NovaDutra firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco e Unibanco, no valor total de R\$ 2.920, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de autossocorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.12 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006, a controlada ViaOeste firmou dois contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R\$ 1.836, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Debêntures

	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Controladora		Consolidado		
						30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10	
1.1	Série única	115,50% do CDI	0,0169%	1.645	1.578	Novembro de 2015	-	-	202.773	-
1.2	Série 1	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.469	-	Julho de 2010	-	-	-	25.427
1.3	Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.601	67	Março de 2011	38.598	37.696	38.598	37.696
1.3	Série única	14,75% a.a.	15,5213% (a)	17.532	15.826	Dezembro de 2018	484.447	501.366	484.447	501.366
1.3	Série 1	112% do CDI	0,7282% (a)	3.550	2.567	Agosto de 2012	463.523	451.928	463.523	451.928
1.3	Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	969	Agosto de 2014	166.845	161.313	166.844	161.313
1.4	Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793% (a)	877	289	Abril de 2014	-	-	84.540	80.213
1.4	Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759% (a)	877	274	Outubro de 2013	-	-	106.697	101.161
1.4	Série 3	103,3% do CDI	1,1846% (b)	2.809	387	Abril de 2012	-	-	183.431	179.281
1.4	Série única	108% do CDI	0,0176%	662	616	Setembro de 2012	-	-	132.450	-
1.5	Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (a)	3.668	1.549	Julho de 2015	-	-	185.211	207.978
1.5	Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.431	1.142	Julho de 2015	-	-	138.907	171.298
1.5	Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.431	1.087	Janeiro de 2015	-	-	164.707	157.172
1.5	Série única	117% do CDI	0,0111%	1.494	1.329	Dezembro de 2016	-	-	249.344	255.000
1.6	Série 1	117,50% do CDI	0,0136% (a)	188	148	Novembro de 2012	-	-	40.105	39.067
1.6	Série 2	117,50% do CDI	0,0136% (a)	3.577	2.805	Novembro de 2012	-	-	762.003	742.275
1.7	Séria única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (a)	1.212	440	Fevereiro de 2015	-	-	55.612	56.046
Total							<u>1.153.413</u>	<u>1.152.303</u>	<u>3.459.192</u>	<u>3.167.221</u>
Circulante										
Debêntures							67.455	69.425	363.850	341.396
Custos de transação							<u>(2.805)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>(6.888)</u>	<u>(6.239)</u>
Total							<u>64.650</u>	<u>66.648</u>	<u>356.962</u>	<u>335.157</u>
Não circulante										
Debêntures							1.105.386	1.102.998	3.126.415	2.855.886
Custos de transação							<u>(16.623)</u>	<u>(17.343)</u>	<u>(24.185)</u>	<u>(23.822)</u>
Total							<u>1.088.763</u>	<u>1.085.655</u>	<u>3.102.230</u>	<u>2.832.064</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
2011	-	-	506.153	588.822
2012	505.396	503.008	1.340.354	1.194.478
2013	49.995	49.995	280.250	239.209
2014	49.995	49.995	239.012	202.755
Após 2014	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>760.646</u>	<u>630.622</u>
Total	<u>1.105.386</u>	<u>1.102.998</u>	<u>3.126.415</u>	<u>2.855.886</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1.1 RodoNorte

Em 15 de abril de 2010, a controlada, através de sua Segunda Emissão, emitiu duzentas mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal de emissão de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 115,5% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 15 de novembro de 2012 e 15 de novembro de 2015;
- Juros: parcelas semestrais, entre 15 de maio de 2011 e 15 de novembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período de cada ano apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e / ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4,0.
 - Dívida = Soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, as Debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, exceto mútuos contraídos com acionistas controladores;
 - Dívida líquida = Dívida subtraída do saldo das seguintes contas do ativo circulante do balanço patrimonial da emissora: (i) caixas e bancos e (ii) aplicações financeiras;
 - EBITDA (lucro antes do imposto de renda e da contribuição social + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses;
 - Serviço da Dívida = Todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o referido período de doze meses.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos Financiadores, exceto as seguintes:
 - Dívidas que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à presente Emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, o quociente obtido entre a divisão (a.i) da soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, debêntures, notas promissórias, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à da presente Emissão; pelo (a.ii) EBITDA, seja igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros);
 - Financiamentos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, salvo se, quando da contratação do financiamento, (b.i) nenhum outro credor em qualquer outro endividamento da Emissora gozar de garantias reais e (b.ii) seja atendido o índice financeiro “Dívida Líquida / EBITDA \leq 3,0”.
 - Dívidas com senioridade igual ou inferior à da presente Emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro “Dívida Líquida / EBITDA \leq 3,0”;
 - Dívida com os acionistas da Emissora, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e / ou afiliadas) / EBITDA \leq 4,0; e
 - Quaisquer outras dívidas, salvo se aprovadas pela maioria simples dos debenturistas.

1.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004, a controlada emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R\$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.

A primeira série foi liquidada em sua totalidade no dia 30 de junho de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Segunda série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

A segunda série foi liquidada em sua totalidade no dia 30 de dezembro de 2009.

1.3 CCR

- Em 1º de março de 2005, a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R\$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 105% do CDI a.a., paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 500.000.

A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
- Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão; e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

- Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão da CCR. Com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 598.156.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 112% do CDI a.a., enquanto que a da segunda série é de 7,5% a.a. mais a atualização do principal baseada no IPCA. Em 23 e 28 de abril a Companhia contratou operações de Swap, conforme mencionado na nota explicativa 24.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os montantes, prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série (R\$ 448.156): prazo de três anos, com amortização em 1º de agosto de 2012 e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de fevereiro de 2010 e 1º de agosto de 2012;
- Segunda série (R\$ 150.000): prazo de cinco anos, com amortizações em 1º de agosto de 2012 (33,34%), 2013 (33,33%) e 2014 (33,33%) e pagamento de juros anualmente, entre 1º de agosto de 2010 e 1º de agosto de 2014;

As Debêntures de ambas as séries poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é:

- Não manutenção, por dois trimestres consecutivos dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = soma dos empréstimos e financiamentos, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, diminuído do somatório de: (i) disponibilidades; e (ii) saldo de Conta Reserva registrada no realizável a longo Prazo;
 - Disponibilidades = (Caixa e Bancos + Aplicações Financeiras + Conta Reserva);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - EBITDA/Despesas Financeiras inferior a 2 onde:
 - Despesas financeiras ao longo dos últimos 12 meses, apurados pelo regime competência, excluída as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.4 AutoBAn

Em 1º de abril de 2006, a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada na variação acumulada de 103,3% do CDI a.a.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
 - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.
- Segunda série:
 - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
 - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
 - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012;
 - Juros: vencimentos semestrais, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao Agente Fiduciário.

Em 25 de março de 2010, a controlada emitiu cento e trinta debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 01 de abril de 2010, no valor total de R\$ 130.000.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 108% do CDI a.a.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 25 de setembro de 2012;
- Juros: semestralmente, entre 25 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês da data de emissão, ao valor do resgate será acrescido um prêmio de 0,5%.

1.5 ViaOeste

Em 1º de julho de 2007, a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 104,5% do CDI a.a., enquanto que as da segunda e da terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas; (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R\$ 50.000; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação; e (b) seja observado o limite estabelecido no item "a", parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures + outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

Em 22 de dezembro de 2009, a controlada emitiu duzentas e cinquenta debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, da segunda emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com valor nominal total da emissão de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 23 de dezembro de 2009.

As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 117% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e 22 de dezembro de 2016;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias de 22 de dezembro e de junho de cada ano até a data de vencimento, iniciadas em 22 de junho de 2010.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

1.6 RodoAnel

Em 9 de outubro de 2009, a controlada emitiu vinte debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória, em duas séries, sendo a primeira de uma debênture e a segunda de dezenove debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas em 09 de outubro de 2009. As debêntures da 1ª série e as debêntures da 2ª série serão garantidas, respectivamente, por fianças prestadas pela Encalso e pela CCR.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada de 117,5% do CDI a.a. e as parcelas de juros serão pagas nas seguintes datas: 15 de maio de 2011, 15 de novembro de 2011, 15 de maio de 2012 e 15 de novembro de 2012, esta última correspondente à data de vencimento, quando será devida a última parcela de juros e a totalidade do valor do principal.

1.7 CPC - Renovias

Em 01 de fevereiro de 2010, a controlada em conjunto emitiu 140 (cento e quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo o valor total de emissão de R\$ 140.000.

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,90% a.a. com seu vencimento em 01 de fevereiro de 2015 e os seus juros remuneratórios serão pagos mensalmente no dia 01 de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 01 de março de 2010 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 01 de fevereiro de 2010 e a última em seu vencimento. A debênture pode ser amortizada extraordinariamente a qualquer momento, sendo a amortização extraordinária efetuada no período de carência do principal o valor será acrescido um prêmio de 0,60%.

O principal critério para o estabelecimento de vencimento antecipado é caso a emissora: (i) realize novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja a destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão; e (ii) contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembléia Geral dos Debenturistas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo, tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI's.

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de *vesting*, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI's serão automaticamente resgatadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas informações trimestrais, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI's, durante o período a que estas informações trimestrais se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 2.180 no semestre findo em 30 de junho de 2010 (R\$ 609 no semestre findo em 30 de junho de 2009).

Em 30 de junho de 2010 o saldo de provisão para incentivos de longo prazo era de R\$ 11.527 (R\$ 17.281 em 31 de março de 2010).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldo Total em 31.03.2010		Saldo Prov. c/ passivo em 31.03.2010		Outorga entre 01.04 e 30.06.2010		Canceladas entre 01.04 e 30.06.2010	
	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09
Plano 1 Programa 2 (2005)	53.085	67,74	53.085	67,74	-	-	-	-
Plano 1 Programa NN (2005)	29.374	1.990	29.374	1.990	-	-	-	-
Plano 1 Programa 3 (2006)	60.347	3.498	60.347	3.498	-	-	-	-
Plano 2 Programa 4 (2007)	377.464	14,05	377.464	14,05	-	-	-	-
Plano 2 Programa 5 (2008)	336.843	13,91	170.838	13,74	-	-	-	-
Plano 2 Programa 6 (2009)	250.200	13,52	56.223	13,85	-	-	-	-
Custo aquisição UI's	-	(229)	-	(229)	-	-	-	-
Total	1.107.313	22.224	747.331	17.281	-	-	-	-
	Exercidas entre 01.04 e 30.06.10		Saldo Total em 30.06.2010		Exercidas em 30.06.2011		Saldo Prov. c/ passivo em 30.06.2010	
	Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09
Plano 1 Programa 2 (2005)	53.085	75,02	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa NN (2005)	29.374	2,04	-	-	-	-	-	-
Plano 1 Programa 3 (2006)	7.084	55,73	53.263	60,82	53.263	60,82	53.263	57,96
Plano 2 Programa 4 (2007)	26.936	9,78	350.528	13,53	224.708	13,40	350.528	13,53
Plano 2 Programa 5 (2008)	-	-	336.843	13,91	112.281	11,26	226.173	13,48
Plano 2 Programa 6 (2009)	-	-	250.200	13,52	-	-	66.080	12,53
Custo aquisição UI	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	116.479	(49)	990.834	15.871	390.252	7.439	696.044	11.527

VJUMP (R\$) = Valor Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R\$) = Valor Justo Unitário em Reais

Totais em milhares

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R\$ 131,77 para os programas do Plano 1 e R\$ 35,85 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, de acordo com os critérios mencionados acima, com atualizações futuras estimadas.	Para os programas 2 e NN1, R\$ 56,24 para 2010
		Para o programa 3, R\$ 75,59 para 2010, R\$ 77,65 para 2011
		Para o programa 4, R\$ 25,92 para 2010, R\$ 26,63 para 2011 e R\$ 27,98 para 2012
		Para o programa 5, R\$ 31,17 para 2011, R\$ 32,75 para 2012 e R\$ 34,85 para 2013
		Para o programa 6, R\$ 32,51 para 2012, R\$ 45,84 para 2013 e R\$ 44,66 para 2014
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta informação trimestral e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	180 dias para os resgates de 2010 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta informação trimestral.	2,61% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta informação trimestral.	4,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta informação trimestral da Selic para os períodos em análise.	8,75% (2010), 8,19% (2011), 8,96% (2012), 8,08% (2013) e 7,75% (2014)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração desta informação trimestral.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração desta informação trimestral.	55,59% no primeiro ano e 47,28% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

a. Impostos e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/10</u>	<u>31/03/10</u>	<u>30/06/10</u>	<u>31/03/10</u>
Circulante				
ISS	43	8	17.827	18.496
COFINS	216	-	17.720	17.537
PIS, COFINS e CSLL retidos	-	49	2.692	3.052
INSS retido	2	48	3.015	2.460
IRRF	-	4	3.370	1.444
PIS	47	-	2.459	2.418
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	<u>29</u>	<u>50</u>	<u>456</u>	<u>430</u>
Total circulante	<u>337</u>	<u>159</u>	<u>47.539</u>	<u>45.837</u>

b. Impostos e contribuições parcelados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/10</u>	<u>31/03/10</u>	<u>30/06/10</u>	<u>31/03/10</u>
Circulante				
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	31.979	31.587
PIS e COFINS	13	13	10.996	12.154
ISS	-	-	3.946	2.157
INSS	-	-	678	664
IRRF	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>31</u>
Total circulante	<u>13</u>	<u>13</u>	<u>47.631</u>	<u>46.593</u>
Não circulante				
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	420.715	411.810
PIS e COFINS	182	178	5.190	7.415
INSS	-	-	6.149	6.019
ISS	-	-	497	696
IRRF	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>366</u>	<u>359</u>
Total não circulante	<u>182</u>	<u>178</u>	<u>432.917</u>	<u>426.299</u>
Total	<u>195</u>	<u>191</u>	<u>480.548</u>	<u>472.892</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 16 de novembro de 2009 o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia e de suas controladas ao programa de redução e parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

Entre os passivos tributários incluídos neste programa, foram considerados o Imposto de Renda e a Contribuição Social das controladas AutoBAn e ViaOeste que, entre 1º de julho de 2006 e 30 de outubro de 2009, foram pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e as respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. O passivo incluído no programa refere-se às diferenças temporárias de impostos geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), que foram registradas no período supra citado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia e as controladas AutoBAn, ViaOeste e NovaDutra, e a controlada em conjunto Renovias também apresentavam outros saldos de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, os quais foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos de débitos tributários federais, previsto na Lei nº. 11.941/09. Aguarda-se a homologação pela Receita Federal do Brasil destes pedidos de adesão.

Em 28 de fevereiro de 2010, encerrou-se o prazo legal estabelecido na Portaria Conjunta RFB/PGFN no. 13, de 19 de novembro de 2009, para que as empresas aderentes ao Programa de Parcelamento desistissem dos processos administrativos e judiciais relativos aos débitos objeto de parcelamento. Considerando que a desistência obrigatória dos processos antecedeu a homologação dos débitos parcelados, foi necessária a interpretação de algumas disposições normativas sobre o tema e, considerando a existência de algumas divergências de interpretação entre assessores jurídicos e o fisco, foi necessário complementar, em 2010, a provisão registrada em dezembro de 2009, no montante de R\$ 13.840.

Os tributos que estão aguardando a homologação dos parcelamentos são os seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
IRPJ e CSLL	-	452.695
PIS e COFINS	195	16.186
INSS	-	6.827
IRRF	-	399
	<u>195</u>	<u>476.107</u>

Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 serão pagos em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	8.150	7.004
Comissões a pagar	-	-	6.080	6.171
Verbas contratuais	-	-	5.642	5.207
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Provisão de custos com AVI	-	-	3.639	2.509
Adiantamento de clientes	-	-	3.039	2.330
Seguros a pagar	-	2	2.424	1.156
Provisão de seguro civil e operacional	-	-	2.326	-
Outros	<u>61</u>	<u>72</u>	<u>4.029</u>	<u>2.016</u>
	<u>61</u>	<u>74</u>	<u>38.937</u>	<u>30.001</u>
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.277	2.357
Outros	<u>900</u>	<u>900</u>	<u>901</u>	<u>898</u>
	<u>900</u>	<u>900</u>	<u>3.178</u>	<u>3.255</u>

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/06/10	31/03/10
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	87	259
Trabalhistas e previdenciárias	<u>331</u>	<u>328</u>
	<u>418</u>	<u>587</u>
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	9.025	12.069
Trabalhistas e previdenciárias	<u>2.067</u>	<u>2.200</u>
	<u>11.092</u>	<u>14.269</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 149.440, em 30 de junho de 2010 (R\$ 141.738, em 31 de março de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAN, RodoNorte, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R\$ 95.832 para os processos em andamento.

21 Arrendamento mercantil

a. Operacional - consolidado

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 30/06/10	Pagamentos futuros mínimos 31/03/10
Até um ano	2.505	3.333
Acima de um ano e até cinco anos	670	1.483

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto operam com 277 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto reconheceram basicamente na rubrica de Materiais, Equipamentos e Veículos os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	30/06/10	30/06/09
Despesas com arrendamento mercantil operacional	5.408	3.774

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 11.623 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia, suas controladas e da controlada em conjunto Controlar.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro

	30/06/10		31/03/10	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Móveis e utensílios	-	200	-	200
Máquinas e equipamentos	-	718	-	718
Equipamentos de informática	-	8	-	8
Equipamentos de telefonia	-	702	-	702
Veículos	357	9.200	357	465
Softwares	-	21	-	21
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	774	-	774
	<u>357</u>	<u>11.623</u>	<u>357</u>	<u>2.888</u>

Durante o período findo em 30 de junho de 2010, a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto Controlar reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 242 e R\$ 726 relativos a despesas financeiras e despesas de depreciação, respectivamente.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados, a valor presente da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
Até um ano	118	118	4.218	1.365
Acima de um ano e até cinco anos	179	208	7.082	1.496

(*) Valor presente foi calculado com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 441.396.800 ações ordinárias.

b. Custo de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. O montante desses gastos incorridos até 30 de junho de 2010 foi de R\$ 30.154 (R\$ 30.146 em 31 de março de 2010).

c. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 28 de abril de 2010, foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária a distribuição complementar de dividendos no montante de R\$ 101.521, correspondente a R\$ 0,23 por ação, relativos aos lucros do exercício de 2009, os quais haviam sido registrados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2009. Deste montante, foram pagos em 4 de maio de 2010 R\$ 101.518.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	30/06/09	30/06/10	30/06/09
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(65.854)	(59.812)	(232.912)	(213.848)
Varição monetária sobre debêntures	(5.267)	-	(35.094)	(1.680)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(148.332)	(5.464)
Varição monetária sobre obrigações com poder concedente	-	-	(192)	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	(267)	(1.588)	(28)
Perda com operações de derivativos	(1.604)	-	(54.783)	(43.470)
Juros sobre impostos parcelados	(8)	-	(16.874)	(2.028)
Juros e multas sobre obrigações fiscais	(178)	(84)	(1.781)	(473)
Juros e multas sobre obrigações fiscais – Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	(42.040)	-
IOF	-	-	(5.925)	(9.396)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(440)</u>	<u>(423)</u>	<u>(14.238)</u>	<u>(9.206)</u>
	<u>(73.351)</u>	<u>(60.586)</u>	<u>(553.759)</u>	<u>(285.593)</u>
Receitas financeiras				
Varição monetária sobre debêntures	-	-	-	10.751
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	109.646	59.930
Juros e variações monetárias sobre mútuos	30.837	18.382	261	99
Ganho com operações de derivativos	619	-	22.327	300
Descontos obtidos	7	-	550	65
Descontos obtidos – Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	28.200	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	64.163	37.873	90.611	60.421
Juros e outras receitas financeiras	<u>3.241</u>	<u>2.724</u>	<u>8.856</u>	<u>5.091</u>
	<u>98.867</u>	<u>58.979</u>	<u>260.451</u>	<u>136.657</u>

(a) Vide nota explicativa 18.

24 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos com o objetivo de proteção (hedge) de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vencidos nos próximos 12 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/10				31/03/10			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	1.545.727	-	1.545.727	-	1.535.865	-	1.535.865
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	696.624	696.624	-	-	579.270	579.270
Passivos								
Debêntures	-	-	(1.153.413)	(1.153.413)	-	-	(1.152.303)	(1.152.303)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(1.797)	(1.797)	-	-	(3.422)	(3.422)
Partes relacionadas	-	-	(17.024)	(17.024)	-	-	(24.161)	(24.161)
Arrendamento mercantil	-	-	(297)	(297)	-	-	(326)	(326)
Contas a pagar com operações de derivativos	(1.414)	-	-	(1.414)	(351)	-	-	(351)
Total	(1.414)	1.545.727	(475.907)	1.068.406	(351)	1.535.865	(600.942)	934.572

(a) Valores líquidos dos custos de transação

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/06/10				31/03/10			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	1.902.458	-	1.902.458	-	1.978.914	-	1.978.914
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	53.412	-	53.412	-	18.551	-	18.551
Contas a receber de clientes	-	-	158.638	158.638	-	-	138.770	138.770
Partes relacionadas	-	-	111.895	111.895	-	-	87.461	87.461
Contas a receber com operações de derivativos	10.510	-	-	10.510	25.488	-	-	25.488
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(412.179)	(412.179)	-	-	(403.153)	(403.153)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(111.611)	(111.611)	-	-	(108.366)	(108.366)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(298.189)	(298.189)	-	-	(308.115)	(308.115)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(1.092.877)	(1.092.877)	-	-	(1.082.385)	(1.082.385)
Debêntures	-	-	(3.459.192)	(3.459.192)	-	-	(3.167.221)	(3.167.221)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(306.716)	(306.716)	-	-	(273.818)	(273.818)
Partes relacionadas	-	-	(127.401)	(127.401)	-	-	(94.012)	(94.012)
Arrendamento mercantil	-	-	(11.300)	(11.300)	-	-	(2.861)	(2.861)
Contas a pagar com operações de derivativos	(17.848)	-	-	(17.848)	(27.431)	-	-	(27.431)
Total	(7.338)	1.955.870	(5.548.932)	(3.600.400)	(1.943)	1.997.465	(5.213.700)	(3.218.178)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/10		31/03/10		30/06/10		31/03/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	1.545.727	1.545.727	1.535.865	1.535.865	1.902.458	1.902.458	1.978.914	1.978.914
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	-	-	-	53.412	53.412	18.551	18.551
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	158.638	158.638	138.770	138.770
Créditos - partes relacionadas	696.624	696.624	579.270	579.270	111.895	111.895	87.461	87.461
Fornecedores e outras contas a pagar	1.797	1.797	3.422	3.422	306.716	306.716	273.818	273.818
Dívidas - partes relacionadas	17.024	17.024	24.161	24.161	127.401	127.401	94.012	94.012
Arrendamento mercantil	297	297	326	326	11.300	11.300	2.861	2.861
Empréstimos (*)	-	-	-	-	523.790	527.826	511.519	509.811
Debêntures (*)	1.172.841	1.169.939	1.172.423	1.166.192	3.490.265	3.563.152	3.197.282	3.251.650
Financiamentos (*)	-	-	-	-	1.391.066	1.391.066	1.445.313	1.445.313

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos disponíveis para venda. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Contas a receber de clientes, créditos - partes relacionadas, fornecedores, dívidas - partes relacionadas, arrendamento mercantil e outras contas a pagar** – São classificadas como mantidas até o vencimento e mensuradas pelo custo amortizado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo custo amortizado. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e têm volume insignificante de transações em um mercado secundário, não proporcionando, de acordo com entendimento da Administração da Companhia, informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.
- **Empréstimos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo custo amortizado. Esta classificação foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e no entendimento da Administração, os valores mensurados ao custo amortizado refletem a informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, os empréstimos tiveram seus valores justos calculados com base nas projeções de índices futuros divulgados pela BM&F.
- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, UMBNDES – Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou à LIBOR – London Interbank Offered Rate. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15, esses financiamentos são relativos a operações de “*Project Finance*” (financiamentos do BNDES e BID), como também a Finames.

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as controladas e controladas em conjunto à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações: (1) da LIBOR relativa aos empréstimos denominados em dólares norte-americanos; (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDDES; (4) IGP-M, CDI e IPCA relativo às debêntures; e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 5, 15 e 16.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

<u>Controladas</u>	<u>Índices de atualização (variação)</u>
AutoBAn	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 20 de julho de 2009, a controlada em conjunto ViaQuatro, para cumprir exigência do contrato de financiamento com o BID contratou operação de *hedge* da taxa Libor de seis meses com teto (*cap*) de 4,5% a.a., através da aquisição de opções de compra, com vencimentos de acordo com o fluxo de pagamento de juros da dívida. O valor nominal das opções corresponde a 75% do valor dos desembolsos em aberto do BID até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data, o valor da proteção correspondente a 100% do total desembolsado em aberto até o vencimento do financiamento.

Em 18 de dezembro de 2009, a controlada RodoAnel, para cumprir exigência do contrato de financiamento com o BID, contratou operação de *hedge* trocando a variação da taxa Libor de seis meses mais spread de 3,75% a.a. e 3,5% a.a. pela taxa de juros fixa de 6,782% a.a. para o BID A e 6,53% a.a. para o BID B, respectivamente. O valor nominal das operações corresponde aos saldos da dívida em USD que é base para o cálculo dos juros dos próximos 5 anos, ou seja, até maio de 2014. Em maio de 2010, após o pagamento da primeira parcela de juros do financiamento, a controlada contratou nova operação de *hedge* trocando a variação da taxa Libor de seis meses mais spread de 3,75% a.a. e 3,5% a.a. pela taxa de juros fixa de 8,5062% a.a. até 8,5777% a.a. para o BID A e de 8,2610% a.a. até 8,3276% a.a. para o BID B, respectivamente. A medida que as parcelas vincendas forem pagas, serão contratadas novas operações de *hedge* de forma a garantir uma taxa de juros fixa para o fluxo de pagamento de juros dos próximos 5 anos.

Em 23 e 28 de abril a Companhia (controladora) firmou contratos de Swap com a finalidade de troca da remuneração de suas debêntures indexadas ao IPCA + 7,5% ao ano (vide nota explicativa 16 – subitem 1.3) para 108% a 109,65% do CDI. Os contratos de Swap cobrem todos os vencimentos de juros das debêntures, com início em agosto de 2010 e final em agosto de 2014. O valor nominal inicial é de \$ 150.000 e posteriormente corresponderá ao saldo em aberto da dívida, base para cálculo dos juros.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras em outras moedas. A necessidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos é avaliada permanentemente.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA) e ao Iene (Japão), equivalentes em 30 de junho de 2010, a R\$ 1.257.571 (R\$ 1.245.118 em 31 de março de 2010) (nota explicativa nº. 15). Desse montante, a Companhia e suas controladas contrataram operações de *hedge* no valor de R\$ 293.781 (R\$ 266.545 em 31 de março de 2010). Não estão protegidos por operações de *hedge* para variação cambial, o principal e os juros do financiamento do BID da controlada em conjunto ViaQuatro, com vencimento após fevereiro de 2011, assim como as parcelas de principal e juros com vencimento após maio de 2012 da controlada RodoAnel.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada em conjunto ViaQuatro possui compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EUR) e para proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou operação de *hedge* de variação cambial, equivalente em 30 de junho de 2010 a R\$ 26.080 (R\$ 51.485 em 31 de março de 2010).

É adotada a manutenção de contratos com o objetivo de proteção (*hedge*) de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vincendos nos próximos 12 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Em 26 de fevereiro de 2010 a Companhia firmou com o Banco HSBC dois contratos de SWAP, nos montantes de US\$ 5.040 e US\$ 7.484 a uma taxa de câmbio inicial de R\$/US\$ 1,817, com vencimentos em 13 de agosto de 2010 e 14 de fevereiro de 2011, respectivamente. As remunerações destes contratos correspondem à variação acumulada do CDI acrescida de 1,6% a.a. com vencimento em 13 de agosto de 2010 e de 2,03% a.a com vencimento em 14 de fevereiro de 2011. Estes contratos têm como finalidade a proteção correspondente a 60% da variação cambial dos próximos 12 meses de fluxo de caixa da Controlada ViaQuatro.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados, por meio dos seus controles internos.

Os instrumentos derivativos utilizados pelas controladas e controladas em conjunto são relativos a:

- Contratos de *hedge* (*swap*) onde há troca da moeda e da taxa de juros, de dólares norte-americanos (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por um percentual do CDI, como também troca da Libor por uma taxa fixa.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Opções de compra da taxa Libor com teto (*cap*) de 4,5% a.a. para todo o fluxo de pagamento de juros da dívida da controlada em conjunto ViaQuatro com o BID, de acordo com as condições definidas no contrato de financiamento (vide nota explicativa nº 15 – subitem 1.7, onde estão descritas as condições para a contratação de hedge).
- Contratos a termo de moeda onde há troca da variação da moeda norte-americana (USD) por uma cotação fixa no vencimento das parcelas do contrato.
- Contratos de *hedge (swap)* onde há troca da variação do IPCA + 7,5% ao ano por um percentual do CDI.

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo. Por não ter atendido todas as condições para contabilização pelo método de *hedge accounting*, os efeitos dos ajustes de valor justo estão sendo contabilizados no resultado quando incorridos. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais, e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F. Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis atualizados registrados pela curva.

O valor justo das opções de compra da controlada em conjunto ViaQuatro é calculado utilizando o modelo de Black para precificação de opções de taxa de juros.

Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

O quadro a seguir apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram negociados em mercado de balcão.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registraram resultados com instrumentos financeiros derivativos nos períodos findos em 30 de junho de 2010 e 2009, conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/10	30/06/09	30/06/10	30/06/09
Derivativos com propósito de proteção				
Riscos cambiais	(986)	-	(16.044)	(43.170)
Riscos de juros	-	-	(16.412)	-
Total	(986)	-	(32.456)	(43.170)

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos no quadro a seguir os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Os valores a seguir refletem o efeito no resultado do exercício em cada um dos cenários, caso as parcelas de principal e juros reconhecidos até a data do balanço não sejam protegidas por novos contratos de *hedge* além dos já existentes.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro						
Dívida em USD	Fevereiro de 2023	238.415	Aumento da cotação do USD	-	(59.604)	(119.208)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(59.604)	(119.208)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Julho de 2010	25.590	Derivativo - Aumento do USD	-	6.397	12.795
Banco Bradesco (Swap)	Julho de 2010		Dívida - Aumento do USD	-	(6.397)	(12.795)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
CCR						
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Fevereiro de 2011	22.783	Derivativo - Aumento do USD	-	5.696	11.391
Banco HSBC (Swap)	Fevereiro de 2011		Dívida - Aumento do USD	-	(5.696)	(11.391)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Ponte						
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Julho de 2010	29.979	Derivativo - Aumento do USD	-	7.495	14.989
Banco ABN Amro Real (Swap)	Julho de 2010		Dívida - Aumento do USD	-	(7.495)	(14.989)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
ViaLagos						
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Agosto de 2010	81.632	Derivativo - Aumento do Iene	-	20.408	40.816
Banco do Brasil (Swap)	Agosto de 2010		Dívida - Aumento do Iene	-	(20.408)	(40.816)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
RodoAnel						
Dívida em USD	Novembro de 2024	896.246	Aumento da cotação do USD	-	(224.062)	(448.123)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(224.062)	(448.123)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Mai de 2012	137.176	Derivativo - Aumento do USD	-	(34.294)	(68.588)
Hedge (NDF)	Mai de 2012		Dívida - Aumento do USD	-	34.294	68.588
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	(283.666)	(567.331)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Metodologia de cálculo empregada nos cenários:

- Dívidas

Para as dívidas não atreladas a derivativos foi estabelecido o dólar de 30 de junho de 2010, cuja taxa é de R\$ 1,8015, como base do cenário provável. Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, a taxa do dólar acima foi aumentada em 25% e 50%, sendo os valores obtidos de R\$ 2,2518 e R\$ 2,7022, respectivamente. Os valores demonstrados nos cenários A e B correspondem à variação das taxas entre o cenário provável e os outros cenários, aplicada aos saldos de balanço das exposições na data dessas informações trimestrais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Derivativos atrelados às dívidas

NDF (Non deliverable forward): Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas informações trimestrais. Como os valores já estão registrados nas informações trimestrais, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário. Para os cenários A e B, a taxa de R\$ 1,8015, utilizada no cenário provável, foi adicionada em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa do cenário provável e as taxas consideradas para os cenários A e B, quais sejam R\$ 2,2518 e R\$ 2,7022, aplicadas sobre o valor de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura:

Empresa	Datas de vencimento	Valor de cobertura em R\$ mil
RodoAnel	Novembro/2010	30.425
RodoAnel	Mai/2011	32.677
RodoAnel	Novembro/2011	32.767
RodoAnel	Mai/2012	41.307

Contratos de Swap: Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas informações trimestrais (R\$ x USD = 1,8015, R\$ x JPY = 0,1997). Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, as taxas definidas no cenário provável foram acrescidas em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa do cenário provável e as dos outros cenários, aplicadas sobre os valores de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura e as taxas utilizadas em cada cenário:

Empresa	Data de vencimento	Valor de cobertura em R\$ mil	Moeda	Taxas Cenário A	Taxas Cenário B
Ponte	Julho/2010	29.979	USD	2,2518	2,7022
ViaLagos	Agosto/2010	81.632	JPY	0,0249	0,0299
ViaQuatro	Julho/2010	25.590	USD	2,2518	2,7022
CCR	Agosto/2010	9.161	USD		
	Fevereiro/2011	13.622		2,2518	2,7022

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 30 de junho de 2011. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas informações trimestrais ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data destas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Operação	Risco	Vencimentos até Empresas	Exposição em R\$ (8)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
BID	Aumento da Libor (4) (7)	Fevereiro de 2023 ViaQuatro	238.415	(5.698)	(7.122)	(8.547)
Hedge de taxa de juros	Aumento da Libor	Fevereiro de 2023 ViaQuatro		-	-	-
Efeito líquido				(5.698)	(7.122)	(8.547)
BID	Aumento da Libor (5)	Novembro de 2024 RodoAnel	896.246	(36.726)	(37.688)	(38.650)
Hedge de taxa de juros	Aumento da Libor	Maio de 2014 RodoAnel		36.726	37.688	38.650
Efeito líquido				-	-	-
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013 AutoBAn	182.088	(29.930)	(32.545)	(35.159)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015 ViaOeste	305.843	(40.248)	(44.499)	(48.750)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2012 AutoBAn	316.884	(33.989)	(42.516)	(51.053)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016 ViaOeste	437.433	(49.932)	(62.506)	(75.116)
Debêntures	Aumento do CDI	Agosto de 2012 CCR	504.754	(57.498)	(71.974)	(86.489)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2012 Renovias	56.000	(5.691)	(7.114)	(8.537)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2012 RodoAnel	805.061	(96.960)	(121.458)	(146.054)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015 RodoNorte	204.351	(24.169)	(30.268)	(36.389)
Debêntures	Aumento do CDI (9)	Agosto de 2014 CCR	167.813	(18.779)	(23.502)	(28.235)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Fevereiro de 2011 CCR	23.436	(994)	(1.237)	(1.477)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Agosto de 2010 ViaLagos	79.352	(1.168)	(1.445)	(1.718)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Julho de 2010 Ponte	35.356	(117)	(145)	(172)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Abril de 2010 ViaQuatro	10.887	(98)	(121)	(144)
Capital de Giro	Aumento do CDI	Dezembro de 2010 NovaDutra	381.327	(46.343)	(56.208)	(66.074)
Capital de Giro	Aumento do CDI	Dezembro de 2014 Controlar	30.851	(4.222)	(5.031)	(5.840)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(415.836)	(507.691)	(599.754)

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	10,12%	12,65%	15,18%
IGP-M (3)	5,17%	6,46%	7,76%
LIBOR + Spread (4)	2,29% e 2,59%	2,86% e 3,24%	3,44% e 3,89%
LIBOR (5)	0,412263% e 0,437263%	0,51532875% e 0,5465788%	0,618395% e 0,655895%
IPCA (6)	7,50%	9,38%	11,25%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (7) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 30/06/2010, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se a variação anual da taxa em 30/06/2010, divulgada pela Anbima.

(4) Refere-se as taxas libor para seis meses utilizadas no cálculo dos juros dos financiamentos do BID (tranche A e B) em 30/06/2010.

(5) Refere-se as taxas libor para seis meses utilizadas no cálculo dos juros dos financiamentos do BID (tranche A e B) em 30/06/2010.

(6) Refere-se a variação da anual do IPCA do BNDES em 16/04/2010.

(7) Os juros do contrato de financiamento da controlada em conjunto ViaQuatro estão protegidos por opções de compra da libor com teto (cap) de 4,5% ao ano. As opções de compra somente geram efeitos se a Libor estiver acima do teto (cap) fixado.

(8) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/06/2010 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

(9) Originalmente, a debêntures é remunerada pela variação do IPCA + 7,5% ao ano. No entanto, foi efetuada operação de SWAP para cada vencimento de juros trocando a variação do IPCA pela do CDI + spread entre 108% e 109,65% do CDI. Dessa forma, o valor dos juros demonstrados refere-se ao CDI.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Os valores demonstrados no quadro anterior refletem o efeito no resultado em cada um dos cenários, caso as parcelas de principal e juros vincendas não sejam protegidas por novos contratos de *hedge* além dos já existentes.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

25 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2010, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – de R\$ 15.000 a R\$ 75.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – de R\$ 11.313 a R\$ 87.899;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – de R\$ 566 a R\$ 77.828;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – de R\$ 15.000 a R\$ 500.000;
- Perda de Receita – de R\$ 15.000 a R\$ 110.000.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26 Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A controlada RodoAnel e a controlada em conjunto Renovias mantinham aplicação financeira em conta reserva, no montante de R\$ 53.320 em 30 de junho de 2010 (R\$ 18.461 em 31 de março de 2010), para garantia dos financiamentos contratados junto ao BNDES e será liberado quando do pagamento das parcelas ou substituição da garantia (vide nota explicativa nº.15).

A controlada ViaOeste mantinha conta poupança, no montante de R\$ 92 em 30 de junho de 2010 (R\$ 90 em 31 de março de 2010), para garantia da realização de compensação ambiental.

Os montantes classificados no circulante totalizam R\$ 51.901 em 30 de junho de 2010 (R\$ 16.983 em 31 de março de 2010) e no não circulante R\$ 1.511 em 30 de junho de 2010 (R\$ 1.568 em 31 de março de 2010).

27 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/10	31/03/10	30/06/10	31/03/10
AutoBAn	1.752.692	1.772.682	1.453.687	1.461.707
RodoAnel	-	166.597	-	165.583
ViaOeste	351.691	355.935	292.808	294.613
Renovias (*)	<u>169.870</u>	<u>170.304</u>	<u>278.168</u>	<u>161.790</u>
	<u>2.274.253</u>	<u>2.465.518</u>	<u>2.024.663</u>	<u>2.083.693</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até maio de 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA, em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 30 de junho 2010, estavam assim distribuídos:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2010	156.729	154.391
2011	283.190	297.707
2012	283.190	283.532
2013	283.190	270.031
Após 2013 até 2018	<u>1.267.954</u>	<u>1.019.002</u>
Total	<u>2.274.253</u>	<u>2.024.663</u>

No decorrer do semestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 490.275 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 655.818 no primeiro semestre de 2009).

A controlada AutoBAn reteve 08 (oito) parcelas de ônus fixo relativas ao período de novembro de 2009 a junho de 2010, autorizada, nos termos da proposição da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) pela Secretaria de Transportes do Estado, no mês de novembro de 2009, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela controlada. Esse compromisso, em 30 de junho de 2010, corresponde a R\$ 73.439 (R\$ 65.744 em 31 de março de 2010).

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo em 30 de junho de 2010, era de R\$ 28.838 (R\$ 9.764 em 31 de março de 2010).

No decorrer do semestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 20.518 referente ao direito de outorga variável (R\$ 34.834 em 30 de junho de 2009).

A controlada AutoBan reteve 06 (seis) parcelas de ônus variável no montante de R\$ 18.854 relativas ao período de novembro de 2009 a abril de 2010, autorizada nos termos da proposição da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) pela Secretaria de Transportes do Estado, no mês de novembro de 2009, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela controlada.

b. Compromissos relativos às concessões – (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas e controladas em conjunto assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 30 de junho de 2010, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 5.881.562 (R\$ 5.770.760 em 31 de março de 2010), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/06/10	31/03/10
RodoNorte	1.224.096	1.249.783
ViaQuatro (*)	1.494.795	1.469.108
AutoBAn	1.129.150	1.184.001
ViaOeste	557.691	562.988
NovaDutra	774.950	526.517
RodoAnel	307.650	369.978
Renovias (*)	329.214	344.762
Ponte	52.483	52.156
ViaLagos	<u>11.533</u>	<u>11.467</u>
	<u>5.881.562</u>	<u>5.770.760</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não revisado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				30/06/10	31/03/10
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	(12.254)	9.815	10.008
Terraplanagem	5,56	130.233	(88.084)	42.149	43.958
Pavimentação	14,29	197.770	(197.770)	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	(39.924)	-	290
Obras de arte especiais	8,33	255.934	(255.934)	-	1.860
Sinalização e segurança	25	15.328	(15.328)	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	(5.497)	1.731	1.844
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	(8.673)	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	(9.500)	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	<u>3.637.395</u>	<u>(978.898)</u>	<u>2.658.497</u>	<u>2.687.884</u>
		<u>4.324.054</u>	<u>(1.611.862)</u>	<u>2.712.192</u>	<u>2.745.844</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAn, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.9.

d. Obras a executar - ViaOeste

	30/06/10	31/03/10
Não circulante	<u>9.171</u>	<u>9.392</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada voltou a depositar o ônus fixo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 Demonstração do Valor Adicionado

a. Demonstração do Valor Adicionado - Controladora

	2010		2009	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Serviços prestados	8.894	25.818	16.924	33.936
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(1.708)	(6.254)	(4.784)	(9.610)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.878)	(11.378)	(5.499)	(11.369)
Valor adicionado bruto	308	8.186	6.641	12.957
Depreciação e amortização	(1.785)	(3.563)	(1.803)	(3.602)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	(1.477)	4.623	4.838	9.355
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	158.428	294.760	195.519	361.836
Receitas financeiras	54.463	98.867	29.182	58.979
Valor adicionado total a distribuir	211.414	398.250	229.539	430.170
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	12.943	22.780	13.681	22.364
Benefícios	1.174	2.802	1.514	3.061
FGTS	340	754	420	852
Outras	63	105	126	193
Tributos				
Federais	2.540	5.591	2.151	4.221
Estaduais	-	9	-	-
Municipais	118	297	69	219
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	37.508	73.159	29.162	60.350
Aluguéis	499	1.024	509	1.062
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos do período	156.229	291.729	181.907	337.848
Valor adicionado distribuído total	211.414	398.250	229.539	430.170

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Demonstração do Valor Adicionado - Consolidado

	2010		2009	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Serviços prestados	989.190	1.912.086	810.925	1.585.340
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(140.671)	(260.413)	(101.428)	(211.739)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.557)	(93.360)	(37.162)	(70.068)
Valor adicionado bruto	<u>796.962</u>	<u>1.558.313</u>	<u>672.335</u>	<u>1.303.533</u>
Depreciação e amortização	(118.554)	(235.357)	(102.571)	(201.795)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	<u>678.408</u>	<u>1.322.956</u>	<u>569.764</u>	<u>1.101.738</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Receitas financeiras	101.349	260.451	68.681	136.657
Valor adicionado total a distribuir	<u>779.757</u>	<u>1.583.407</u>	<u>638.445</u>	<u>1.238.395</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	63.859	115.863	54.729	98.595
Benefícios	13.354	25.401	10.946	21.226
FGTS	3.152	6.095	2.589	5.282
Outras	1.101	2.011	665	1.379
Tributos				
Federais	165.564	335.753	143.202	294.494
Estaduais	26	391	1	390
Municipais	49.349	96.529	41.414	68.076
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	242.832	545.785	133.181	275.022
Aluguéis	5.661	10.703	4.061	7.769
Outorga	77.864	151.430	64.016	124.943
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos do período	156.229	291.729	181.907	337.848
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	766	1.717	1.734	3.371
Valor adicionado distribuído total	<u>779.757</u>	<u>1.583.407</u>	<u>638.445</u>	<u>1.238.395</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 Evento subsequente

Em 03 de agosto de 2010 a CCR comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, sua controlada Companhia de Participações em Concessões ("CPC") firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e outras Avenças ("Contrato"), irrevogável e irretroatável, com: (i) os quotistas da Holding G4 Participações SPE Ltda. ("Holding G4") e Vialco Concessões Rodoviárias SPE Ltda. ("Vialco"); (ii) os acionistas da Latinoamericana de Rodovias Participações e Empreendimentos S.A. ("Latinoamericana"); e (iii) Planova Planejamento e Construções S.A. ("Planova") (em conjunto "Vendedores"), para a aquisição, pela CPC, (i) das quotas e ações representativas de 100,00% (cem por cento) do capital social de Holding G4, Vialco e Latinoamericana, detentoras de ações representativas de 54,89% (cinquenta e quatro inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) do capital social da Rodovias Integradas do Oeste S.A. ("RODOVIAS") e (ii) de ações representativas de 18,56% (dezoito inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) do capital social da RODOVIAS, detidas pela Planova, perfazendo o total de 73,45% (setenta e três inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital social da RODOVIAS, pelo preço de aquisição, sujeitos a ajustes na forma definida no Contrato, de R\$ 947.202 - data-base março de 2010.

O Contrato prevê que a consumação da aquisição e o pagamento do preço estão sujeitos ao cumprimento de condições precedentes, dentre elas, a obtenção da prévia autorização do Poder Concedente, dos credores detentores de garantias prestadas pelos Vendedores e/ou suas afiliadas, direta ou indiretamente, em favor da RODOVIAS e a conclusão favorável, pela CPC, da aquisição da parcela restante do capital social da RODOVIAS.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infraestrutura no país e no exterior. Atualmente, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias, concessão metroviária e de inspeção veicular, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultados do 2º Trimestre de 2010

São Paulo, 12 de Agosto de 2010 – A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 2º trimestre do ano de 2010.

Os resultados da concessionária Controlar passaram a ser incluídos na CCR a partir 13 de agosto de 2009. A partir de janeiro de 2009, os custos da concessionária ViaQuatro anteriormente registrados como ativo diferido, passaram a transitar na DRE em decorrência da adoção da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As informações financeiras desconsiderando esses efeitos são referidas nesse documento pelo termo “Excluindo-se ViaQuatro e Controlar ” e os resultados apresentados são Pro Forma.

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Apresentação dos Resultados

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 18 de fevereiro de 2010.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar as informações trimestrais de acordo com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. As principais alterações contábeis a serem introduzidas no exercício de 2010, estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T09 e 1S09.

Principais Destaques

- ② Os resultados da Companhia incorporam os efeitos da Controlar e ViaQuatro, projetos que se encontram em fase *ramp up*.
- ② A Receita Líquida alcançou R\$ 899,7 milhões (+22,1%) no 2T10; em relação ao 1S09 a Receita Líquida foi de R\$ 1.737,0 uma expansão de 19,6%.
- ② O EBIT atingiu R\$ 415,7 milhões (+18,1%) no 2T10 e no 1S10 R\$ 820,6 milhões (+17,6%). A margem EBIT alcançou 46,2% (-1,6 p.p) no 2T10, e 47,2% (-0,8 p.p) no 1S10.
- ② O EBITDA atingiu R\$ 554,8 milhões (+18,9%) no 2T10 e R\$ 1.094,9 milhões (+18,8%) no 1S10; a margem EBITDA alcançou 61,7% (-1,6 p.p) no 2T10 e 63,0% (-0,4 p.p.) no 1S10.
- ② O Lucro Líquido atingiu R\$ 156,2 milhões (-14,1%) no 2T10 e R\$ 291,7 milhões (-13,7%) no 1S10. Normalizando o Lucro Líquido do 2T10, i.e., registrando-se o ativo fiscal diferido do RodoAnel e excluindo-se o efeito da marcação a mercado do Hedge da ViaQuatro, o Lucro Líquido pró-forma do 2T10 seria de R\$ 183,0 milhões. Para a normalização do 1S10, além dos efeitos acima, excluiu-se também o resultado não recorrente reportado no 1T10, desta forma o Lucro Líquido normalizado do 1S10 seria de R\$ 359,5 milhões.
- ② O tráfego cresceu 22,8% no 2T10 e 21,0% no 1S10. *Comparando-se a mesma base de tráfego registramos um crescimento de 12,2% e 11,3%, respectivamente.*
- ② O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 41,0%, em relação ao 1S09, atingindo 2.168 mil tag's ativos.
- ② A Diretoria da Companhia propôs a distribuição de dividendos intermediários de R\$ 1,25 por ação, totalizando R\$ 551,7 milhões.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	2T09	2T10	Var %	1S09	1S10	Var %
Receita Líquida	736,8	899,7	22,1%	1.452,8	1.737,0	19,6%
EBIT	352,1	415,8	18,1%	697,7	820,6	17,6%
Mg. EBIT	47,8%	46,2%	-1,6 p.p.	48,0%	47,2%	-0,8 p.p.
EBITDA	466,6	554,8	18,9%	921,4	1.094,9	18,8%
Mg. EBITDA	63,3%	61,7%	-1,6 p.p.	63,4%	63,0%	-0,4 p.p.
Lucro Líquido	181,9	156,2	-14,1%	337,8	291,7	-13,7%
Div. Líq./ EBITDA últ. 12m.	1,65x	1,62x	-	1,65x	1,62x	-
EBITDA / CAPEX	2,02x	1,78x	-	2,36x	1,89x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	4,53x	3,97x	-	4,28x	4,08x	-

Eventos Subsequentes

- ☉ No dia 3 de agosto de 2010, a Companhia anunciou ao mercado que sua controlada Companhia de Participações em Concessões (GPC) firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças para a aquisição direta e indireta de 73,45% do capital social da concessionária Rodovias Integradas do Oeste S/A. O investimento da Companhia, sujeito a ajustes contemplados no Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças será de R\$ 947,2 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita às condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas, como a autorização do Poder Concedente, a liberação das garantias prestadas pelos Vendedores e/ou seus afiliados a credores da Rodovias Integradas do Oeste S/A e a conclusão favorável da aquisição da parcela restante do capital social da Rodovias Integradas do Oeste S/A.

Comentário do Presidente

Renato Alves Vale: "É com satisfação que mais uma vez divulgamos aos nossos acionistas, ao mercado, colaboradores, usuários e ao público interessado, os resultados conquistados pela CCR no segundo trimestre de 2010.

A recuperação da economia mundial segue suportando a economia brasileira o que se reflete nos resultados apresentados pela CCR. Destacamos o forte crescimento de tráfego consolidado que, em bases comparáveis, igual período do ano anterior, apresentou uma evolução de 12,2% no segundo trimestre de 2010.

Esse desempenho permite a CCR seguir com seu compromisso de distribuição de dividendos para os acionistas, com a proposta de dividendos intermediários de R\$ 1,25 por ação, totalizando R\$ 551,7 milhões.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Finalmente, seguimos confiantes nas perspectivas futuras, face ao cenário econômico positivo para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e à expectativa de novas oportunidades de crescimento em função da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), sempre priorizando a disciplina de capital e consequentemente a criação de valor para a Companhia e seus acionistas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do nosso país.”

Receita Bruta

Receita Bruta de Pedágio (R\$ 000)	2T09	2T10	Var %	1S09	1S10	Var %
AutoBAn	280.916	334.219	19,0%	539.387	637.224	18,1%
NovaDutra	187.463	212.980	13,6%	370.066	420.653	13,7%
RodoNorte	86.693	97.717	12,7%	170.202	196.870	15,7%
Ponte	26.250	27.383	4,3%	52.234	55.728	6,7%
ViaLagos	12.689	14.097	11,1%	31.991	35.228	10,1%
ViaOeste	129.177	160.585	24,3%	250.749	309.483	23,4%
Renovias	22.105	25.006	13,1%	42.624	48.612	14,0%
RodoAnel	28.508	38.053	33,5%	54.694	69.206	26,5%
Total	773.801	910.040	17,6%	1.511.947	1.773.004	17,3%
Total sem ViaOeste	644.624	749.455	16,3%	1.261.198	1.463.521	16,0%
% Receitas Totais	95,4%	92,0%		95,4%	92,7%	
Receitas Acessórias	2T09	2T10	Var %	1S09	1S10	Var %
Total	16.274	18.636	14,5%	32.074	36.812	14,8%
% Receitas Totais	2,0%	1,9%		2,0%	2,0%	
Outras Receitas	2T09	2T10	Var %	1S09	1S10	Var %
ViaQuatro		8.723			8.723	
Controlar	-	21.481	-	-	34.640	-
STP	20.850	30.309	45,4%	41.319	58.907	42,6%
Total	20.850	60.513	190,2%	41.319	102.270	147,5%
% Receitas Totais	2,6%	6,1%		2,6%	5,3%	
Total da Receita Bruta	810.925	989.190	22,0%	1.585.340	1.912.086	20,6%

A contabilização da concessionária Renovias e Controlar se dá proporcionalmente, ou seja, consolidação de 40% e 45%, respectivamente, refletindo a participação da CCR nas concessionárias. Vale destacar que o início da contabilização da Controlar ocorreu a partir do dia 13 de agosto de 2009. Na STP e ViaQuatro, onde a CCR possui participação de 38,25% e 58,0%, respectivamente, também é realizada contabilização proporcional. Em todas as outras concessionárias em operação a CCR reporta 100% da receita.

Receita Líquida

A Receita Líquida consolidada cresceu 22,1% no 2T10 e 19,6% no 1S10, em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 899,7 milhões e R\$ 1.737,0 milhões respectivamente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 20,8% no 2T10 e 32,1% no 1S10, comparadas ao 2T09 e 1S09, representando, respectivamente, 9,0% e 9,2% da Receita Bruta. Além da evolução relacionada aos novos negócios, o aumento das Deduções também é reflexo do término do desconto de ISS do direito de outorga fixo da concessionária AutoBAn, conforme acordado em 2006 através do Termo Aditivo Modificativo 16/06.

Tráfego

Desempenho das Concessionárias	2T09	2T10	Var %	1S09	1S10	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes¹						
AutoBAn	51.789.891	59.295.737	14,5%	99.388.728	113.110.243	13,8%
NovaDutra	31.393.444	33.551.308	6,9%	61.852.770	65.950.601	6,6%
RodoNorte	14.899.151	16.588.076	11,3%	29.068.165	33.265.924	14,4%
Ponte	6.907.788	6.845.777	-0,9%	13.745.765	13.931.971	1,4%
ViaLagos	1.209.429	1.280.102	5,8%	3.043.944	3.179.686	4,5%
ViaOeste	15.732.471	26.785.941	70,3%	30.604.750	50.442.085	64,8%
Renovias ²	4.231.891	4.589.795	8,5%	8.169.385	8.947.203	9,5%
RodoAnel	23.756.658	29.271.896	23,2%	45.578.088	53.235.586	16,8%
Consolidado³	172.560.982	211.840.350	22,8%	335.802.105	406.437.355	21,0%
Consolidado Base Comparável	141.096.040	158.268.468	12,2%	274.592.605	305.553.185	11,3%
Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)⁴						
AutoBAn	5,42	5,64	3,9%	5,43	5,63	3,8%
NovaDutra	5,97	6,35	6,3%	5,98	6,38	6,6%
RodoNorte	5,82	5,89	1,2%	5,86	5,92	1,1%
Ponte	3,80	4,00	5,3%	3,80	4,00	5,3%
ViaLagos	10,49	11,01	5,0%	10,51	11,08	5,4%
ViaOeste	8,21	6,00	-27,0%	8,19	6,14	-25,1%
Renovias	5,22	5,45	4,3%	5,22	5,43	4,1%
RodoAnel	1,20	1,30	8,3%	1,20	1,30	8,3%
Consolidado⁵	4,48	4,30	-4,2%	4,50	4,36	-3,1%
Consolidado Base Comparável	4,57	4,74	3,6%	4,59	4,79	4,4%

- 1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).
- 2- A quantidade de veículos equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária.
- 3- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.
- 4- Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.
- 5- O % do aumento de tráfego foi maior do que o registrado na receita de pedágio devido a modificação do sistema de arrecadação na ViaOeste.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Efeito Calendário

Para melhor compreensão dos crescimentos e/ou quedas apresentadas nos tráfegos das concessionárias do Grupo CCR, é realizada uma análise onde se considera o efeito atribuído ao calendário. Avalia-se o crescimento em relação aos mesmos períodos do ano anterior (mês, trimestre, ano) expurgando-se o impacto provocado pelo diferente número de dias úteis, finais de semana ou feriados, em cada categoria de tráfego analisada. A metodologia consiste em normalizar os dias afetados pelos feriados e também transformar o período em questão no mesmo número de dias úteis e finais de semana que existe na base de comparação.

Tráfego Consolidado Excluindo ViaOeste (+12,2%) - Análise do 2T10 versus 2T09

Veículos de Passeio (+4,9%)

Os veículos de passeio cresceram +4,9% em relação ao 2T09, resultado da contribuição do crescimento orgânico de +5,6% e do efeito calendário de -0,8%. Esse impacto negativo do calendário é devido à posição dos feriados de 21 de Abril e 1º de Maio neste ano que não foram favoráveis para os veículos de passeio. Outro efeito notado é que a véspera do feriado de Páscoa (4ª feira) neste ano ocorreu no 1T enquanto que em 2009 ocorreu no mês de Abril.

Veículos Comerciais (+18,1%)

Os veículos comerciais cresceram +18,1% em relação ao 2T09, resultado da contribuição do crescimento orgânico de +17,2% e do efeito calendário de +0,9%.

Tráfego das Concessionárias - Composição do Mix

Veículos Equivalentes	2T10	
	Leves	Comerciais
AutoBAn	43,1%	56,9%
NovaDutra	26,6%	73,4%
Rodonorte	20,4%	79,6%
Ponte	81,3%	18,7%
ViaLagos	77,0%	23,0%
ViaOeste	52,4%	47,6%
Renovias	51,7%	48,3%
RodoAnel	53,0%	47,0%
Consolidado CCR	45,5%	54,5%
Consolidado sem ViaOeste	43,3%	56,7%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tráfego das Concessionárias - Análise de Drivers do 2T10 versus 2T09

Concessionária	Veículos Leves			Veículos Comerciais		
	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total
AutoBAn	-2,6%	11,2%	8,6%	0,6%	18,8%	19,4%
NovaDutra	-0,7%	1,0%	0,3%	3,5%	5,9%	9,4%
ViaOeste	-5,2%	78,7%	73,5%	0,6%	66,2%	66,8%
RodoNorte	-6,0%	12,0%	6,0%	0,7%	12,1%	12,8%
ViaLagos	-2,5%	6,3%	3,8%	-2,9%	16,1%	13,2%
Ponte	-1,4%	-0,8%	-2,2%	-2,3%	7,6%	5,3%
Renovias	-4,0%	9,2%	5,2%	0,2%	11,9%	12,1%
RodoAnel	1,0%	5,8%	6,8%	1,4%	47,6%	49,0%

Destacamos abaixo as principais variações do 2T10 em relação ao mesmo período do ano anterior:

NovaDutra – Em 17 de Março de 2010 iniciou-se a cobrança bidirecional de pedágio nas praças de Arujá (antiga Parateí Norte) e Guararema (antiga Parateí Sul).

ViaOeste – Em 17 de Janeiro de 2010, iniciou-se a cobrança nas praças de pedágio de Osasco e Barueri. Com a modificação do sistema de arrecadação todo o tráfego que utiliza as pistas centrais e as marginais da Castello Branco é pedagiado. O crescimento total do tráfego no 2T10 foi de 70,3% em relação ao 2T09 (passeio 73,5% e comercial 66,8%).

RodoAnel – Em 1º de Abril de 2010 foi aberto ao tráfego o trecho sul do Rodoanel de São Paulo que, contribuiu para o incremento no volume de caminhões que trafegam no Rodoanel Oeste. O crescimento de tráfego no 2T10 sobre o 2T09 foi de +23,2%, sendo +6,8% nos veículos de passeio e +49,0% nos veículos comerciais.

Mobilidade Urbana

STP

O sistema “Sem Parar” atingiu 2.168 mil tag's ativos no 1S10, apresentando uma expansão de 41,0% em relação ao 1S09.

Os meios eletrônicos na arrecadação de pedágio na CCR apresentaram um crescimento de 31,9% no 2T10 e 31,6% no 1S10, em comparação ao mesmo período do ano anterior. A participação dos meios eletrônicos na arrecadação de pedágio atingiu 58,9% no 1S10.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Informações Adicionais

Estados em que está presente:	SP, RJ, MG, PR, SC e RS
Cobertura da malha pedagiada:	89%
Número de estacionamentos em que está presente:	54
Número de transações eletrônicas/mês:	40 milhões

Controlar

Em agosto de 2009 adquirimos 45% da Controlar S.A., responsável pela inspeção veicular ambiental na cidade de São Paulo. Em 2009, apenas parte da frota existente em São Paulo tinha obrigação legal de realizar a inspeção, mas a partir de 2010 a inspeção veicular ambiental passou a ser mandatória para toda a frota de veículos registrada na Cidade de São Paulo. Além disso, o prazo para a inspeção em 2009 foi prorrogada para Janeiro/2010 e, portanto durante o primeiro semestre de 2010 a Controlar realizou inspeções relativas ao exercício de 2009 e 2010 conforme abaixo. Ressaltamos que não há comparação com o resultado do 1S09 na tabela abaixo devido à consolidação da Controlar ter ocorrido somente no mês de agosto de 2009.

Veículos Inspeccionados			1S10
Exercício	1T10	2T10	Total
Veículos Leves	256.697	650.669	907.366
Moto	60.484	66.003	126.487
Total Otto	317.181	716.672	1.033.853
Diesel	12.259	16.674	28.933
Ônibus	3.051	6.524	9.575
Caminhões	14.781	6.798	21.579
Total Diesel	30.091	29.996	60.087
Total Geral	347.272	746.668	1.093.940

ViaQuatro

A concessionária é responsável pela operação e manutenção da Linha 4 do metrô da cidade de São Paulo, que ligará a Estação da Luz, no centro da cidade, à Vila Sônia, na Zona Oeste. Com 12,8 quilômetros de extensão, a Linha 4 terá 11 estações que serão entregues à população por etapas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O segundo trimestre de 2010 foi marcado pelo início da operação da Linha 4. No dia 25 de maio as estações Paulista e Faria Lima foram inauguradas em período de teste e, somente no dia 21 de junho iniciou-se a operação comercial. Neste primeiro momento, o horário comercial é das 9h às 15h, e este será ampliado juntamente com a inauguração de mais duas estações, Butantã e Pinheiros, previstas para o final do ano.

As estações Paulista e Faria Lima, inauguradas recentemente, fazem parte da primeira etapa da Linha 4 que será concluída até o início de 2011, quando mais 4 estações entrarão em operação. São elas: Butantã, Pinheiros, República e Luz. Até 2014, outras cinco estações estarão em pleno funcionamento: Higienópolis-Mackenzie, Oscar Freire, Fradique Coutinho, São Paulo-Morumbi e Vila Sônia. A estimativa é que aproximadamente um milhão de pessoas utilizará diariamente a Linha 4 quando ela estiver em operação plena (após a segunda fase).

Passageiros Transportados	Período 21 a 30 de junho
Passageiros Integrados	89.153
Passageiros Exclusivos	4.941
Total	94.094
Média Diária	10.455

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Os Custos Totais cresceram 25,8% no 2T10 e 21,4% no 1S10, atingindo R\$ 484,1 milhões e R\$ 916,4 milhões respectivamente. Excluindo-se ViaQuatro e Controlar, os Custos Totais cresceram 21,6% no 2T10 e 17,6% no 1S10, em linha com o crescimento da Receita Líquida. Os principais motivos dessas variações no trimestre são discutidos a seguir:

Depreciação e Amortização: A majoração relativa às despesas de Depreciação e Amortização refere-se à maior transferência de ativo em andamento para ativo definitivo (e, conseqüentemente, início da depreciação) e amortização do ágio pago na aquisição de participação de 45% na Controlar no valor de R\$ 3,9 milhões.

Serviços de Terceiros: O aumento deste item deveu-se principalmente ao maior custo com manutenção, operação e conservação verificado em nossas concessionárias, especialmente na concessionária NovaDutra em função das obrigações contratuais a serem realizadas.

Custo da Outorga: A variação no Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) ocorreu devido ao aumento na parcela variável, resultado do crescimento da receita, enquanto que a parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/09 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias, e ao aumento da amortização relativa à outorga fixa do RodoAnel. O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) por concessionária no 2T10 foi: R\$ 41,8 milhões na AutoBAn, R\$ 13,4 milhões na ViaOeste, R\$ 294 mil na ViaLagos, R\$ 3,1 milhões na Renovias e R\$ 19,3 milhões no RodoAnel Oeste.

Custo com Pessoal: O crescimento no Custo com Pessoal deveu-se principalmente ao aumento do quadro de funcionários (+786 funcionários), distribuídos da seguinte forma: 353 funcionários, em razão do início das operações da Linha 4, 211 funcionários devido à modificação do sistema de arrecadação da ViaOeste e ao dissídio de 4% ocorrido em março/10.

Outros: Os Outros Custos (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) apresentaram um crescimento devido aos seguintes fatores: incorporação dos custos da Controlar, maior consumo de material para conservação e manutenção da rodovia e equipamentos na RodoNorte, no tocante a concessionária ViaOeste devido uma maior participação de usuários frequentes que possuem desconto de 50% no valor da mensalidade do AVI.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA

Reconciliação EBITDA (R\$ MM)	2T09	2T10	Var %	1S09	1S10	Var %
Lucro Líquido	181,9	156,2	-14,1%	337,8	291,7	-13,7%
(+) Participação dos Minoritários	1,7	0,8	-52,9%	3,4	1,7	-50,0%
(+) IR e CS	102,4	112,3	9,7%	207,6	233,8	12,7%
(+) Resultado Financeiro Líquido	66,0	146,5	121,9%	148,9	293,3	97,0%
(+) Depreciação e Amortização ¹	114,6	139,0	21,3%	223,7	274,3	22,6%
EBITDA	466,6	554,8	19,0%	921,4	1.094,9	18,9%
Margem EBITDA	63,3%	61,7%	-1,6 p.p.	63,4%	63,0%	-0,4 p.p.

1 - Inclui as despesas antecipadas

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	2T09	2T10	Var %	1S09	1S10	Var %
Resultado Financeiro Líquido	(66,0)	(146,5)	121,9%	(148,9)	(293,3)	96,9%
Despesas Financeiras:	(139,2)	(247,8)	78,1%	(285,6)	(553,8)	93,9%
- Variação Cambial	-	(61,3)	n.m.	(5,5)	(148,4)	n.m.
- Perda com Operação de Hedge	(29,4)	(22,6)	-23,1%	(43,5)	(54,8)	26,0%
- Variação Monetária	-	(17,0)	n.m.	(1,7)	(35,1)	n.m.
- Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(103,0)	(122,7)	19,1%	(213,8)	(232,9)	8,9%
- Outras Despesas Financeiras	(6,8)	(24,2)	255,8%	(21,1)	(82,6)	291,1%
Receitas Financeiras:	73,2	101,4	38,7%	136,7	260,5	90,6%
- Ganho com Operação de Hedge	-	2,0	n.m.	0,3	22,3	n.m.
- Variação Cambial	42,0	46,6	11,0%	59,9	109,6	83,0%
- Variação Monetária	2,5	-	n.m.	10,8	-	n.m.
- Rendimentos de Aplicações e Outros	28,7	52,8	84,0%	65,7	128,6	95,8%

As concessionárias Ponte e ViaLagos possuem empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade 2770, devidamente protegidos por contratos de Hedge. Já a concessionária ViaQuatro possui compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EU), e para a proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou operações de hedge. Os contratos de Hedge em vigor protegem os fluxos de caixa da empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa do contrato de Hedge) em troca do pagamento da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva do contrato de Hedge). Além do exposto acima, a ViaQuatro contratou operação de hedge através da aquisição de opções de compra, com o objetivo de proteger-se das variações da Libor, acima de 4,5% a.a., até o final do contrato de financiamento, 2.023. A concessionária RodoAnel possui empréstimos em moeda estrangeira, protegidos por contratos de Hedge, de forma que o fluxo de caixa, a vencer nos próximos 24 meses, encontram-se protegidos da variação cambial, enquanto que a taxa de juros (Libor) foi pré-fixada para os próximos 5 anos. Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados detalhadamente na Nota Explicativa nº 24 do ITR do 2T10.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A variação cambial da dívida é contabilizada mensalmente como receita ou despesa financeira, dependendo da oscilação do Real frente às outras moedas nesse período. A desvalorização do Real frente ao Dólar foi de 1,2% no trimestre e 3,5% no acumulado do ano, no mesmo período do ano passado, foi registrada uma apreciação de 15,7% no trimestre e 16,5% no semestre.

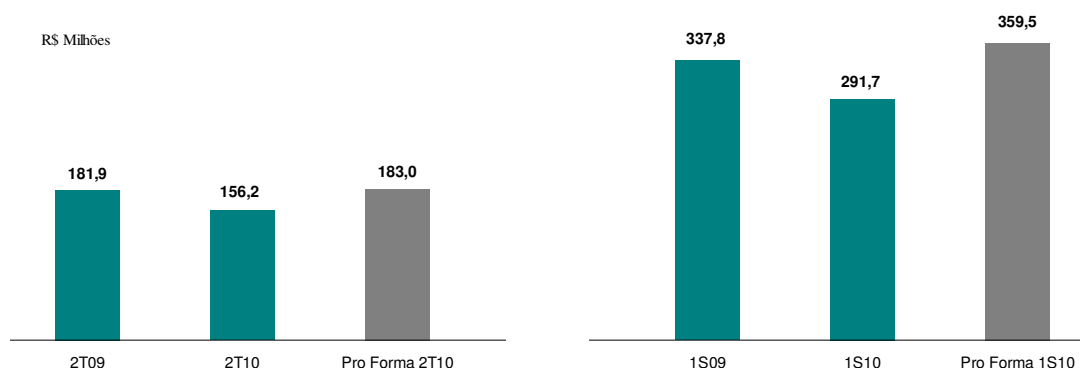
O item "Variação Monetária" das "Despesas Financeiras" apresentou um resultado de R\$ 17,0 milhões no trimestre, tal resultado deveu-se à variação do IGP-M no período (2,84% no 2T10 contra -0,32% no 2T09). No 1S10, o resultado negativo foi R\$ 35,1 milhões.

O aumento do item "Juros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" das "Despesas Financeiras" deveu-se ao maior estoque da dívida em 36,7%, comparado ao 2T09. O acréscimo deste item foi devido à concessionária NovaDutra (Cessão da Dívida Subordinada em julho/09 no valor de R\$ 347 milhões), ViaOeste (Emissão de Debênture em dez/09 no valor de R\$ 250 milhões), CCR holding (Emissão de Debênture em ago/09 no valor de R\$ 598 milhões) e ao financiamento de longo prazo do RodoAnel (R\$ 750 M em Outubro/09 e US\$ 500 M em Dezembro/09).

O acréscimo no item "Outras Despesas Financeiras" (taxas, tarifas, comissões e outros) deveu-se principalmente às provisões dos juros sobre os impostos parcelados e comissões sobre empréstimos na concessionária AutoBAn.

Lucro Líquido

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R\$ 156,2 milhões (-14,1%) no 2T10 e R\$ 291,7 milhões (-13,7%) no 1S10.



01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Para a elaboração do Pro Forma 2T10 apresentado acima, registrou-se o ativo fiscal diferido do RodoAnel e excluiu-se o efeito da marcação a mercado do Hedge da ViaQuatro. Em relação ao Pro Forma 1S10, além dos ajustes já mencionados, eliminou-se também o resultado não recorrente reportado no 1T10.

Endividamento

A Dívida Líquida da companhia encontra-se em patamares bastante confortáveis (Dívida Líquida/EBITDA últ. 12m = 1,62x), sendo que 78% da Dívida Bruta é nominada em moeda nacional e 83% no longo prazo. O aumento da dívida bruta no trimestre deveu-se principalmente à captação abaixo:

Empresa	Emissão	Valor (R\$ MM)	Dívida	Custo Médio	Vencimento
AutoBan	Abr/2010	130	Debênture	108% do CDI	Set/2012
Concessionárias	Jun/2010	8,7	Leasing	CDI +1,5% a.a.	Jun/2013
Rodonorte	Mai/2010	200	Debênture	115,5% do CDI	Nov/2015
Total		338,7			

(R\$ MM)	jun/09	mar/10	jun/10
Dívida Bruta ⁽¹⁾	3.931,6	5.069,2	5.374,0
% Moeda Nacional	94%	77%	78%
% Moeda Estrangeira	6%	23%	22%
Curto Prazo	2.076,7	872,9	915,3
% Moeda Nacional	98%	87%	88%
% Moeda Estrangeira	2%	13%	12%
Longo Prazo	1.854,9	4.196,3	4.458,7
% Moeda Nacional	90%	74%	76%
% Moeda Estrangeira	10%	26%	24%
Caixa, Aplicações Financeiras	848,9	1.994,5	1.925,3
% Moeda Nacional	100%	100%	100%
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)	14,9	(1,9)	(7,3)
Dívida Líquida	3.067,8	3.076,6	3.456,1

- (1) A dívida bruta está reduzida dos custos de transação, incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, de acordo com as adequações à nova legislação societária.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Composição da Dívida (R\$ MM)	Indexador	Custo Médio	Jun/2010	%
BNDES	TJLP	TJLP + (1,0% - 5,0%)	354,7	6%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 10,65%)	497,6	9%
Debêntures	CDI	103,3% a 117,5% do CDI	2.268,5	42%
Debêntures	IPCA	IPCA + 7,5%	167,8	3%
Debêntures	Pré-fixada	14,75%	500,3	9%
Moeda Estrangeira	US\$	US\$ + 3,19%	30,0	1%
Moeda Estrangeira	IENE	IENE + 5,8225%	81,6	1%
BID	LIBOR	LIBOR + (1,9% - 3,75%)	1.146,0	21%
Outros	CDI	CDI + (1,8% - 4,3%)	412,2	8%
Total			5.458,6	100%

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	R\$ MM	% Total
2010	714,0	13%
2011	791,2	14%
2012	1.460,7	27%
2013	437,7	8%
2014	375,4	7%
2015	351,0	6%
2016	347,9	6%
2017	270,6	5%
2018	264,3	5%
2019	97,6	2%
2020	92,3	2%
2021 em diante	255,9	5%
Total	5.458,6	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Investimentos

CAPEX (R\$ MM)	2T09	2T10	1S09	1S10	2010 (E)*
AutoBAn	82,7	81,5	150,7	141,1	483,0
NovaDutra	40,3	57,7	73,2	110,3	308,2
ViaOeste	53,3	33,9	69,1	64,9	177,7
RodoNorte (100%)	12,3	35,8	27,6	66,9	115,9
Ponte	0,9	2,4	1,7	4,5	28,8
ViaLagos	0,6	0,4	1,6	1,7	14,6
ViaQuatro (58%)	21,7	70,1	23,6	142,1	199,7
Renovias (40%)	9,6	2,8	13,5	6,5	32,9
RodoAnel (100%)	24,4	16,8	40,9	24,8	72,8
Controlar (45%)	-	-	-	-	13,8
Outras ¹	4,5	9,5	7,7	15,6	35,5
Consolidado	250,3	310,8	409,6	578,3	1.482,9

1 - Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

* Refere-se a valores estimados para 2010.

No 2T10, os investimentos somaram R\$ 310,8 milhões, com destaque para a concessionária ViaQuatro que apresentou um aumento devido ao recebimento dos trens e sistemas para o início da operação, conforme previsto no contrato. A seguir relacionamos os principais investimentos por concessionária: AutoBAn - obras do Complexo Anhanguera e melhorias viárias realizadas na Marginal Tietê; NovaDutra - implantação da cobrança bidirecional nas praças de Parateí Norte e Parateí Sul; ViaOeste - Complexo Cebolão e obras nas Marginais kms 95 ao 10; e RodoNorte - restauração do pavimento da BR 376 e manutenção na PR 151.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	11,99
			128.766.175		128.766.175
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	19,41
			174.999.989		174.999.989
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,94
			35.167.998		35.167.998
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,43
			19.421.329		19.421.329
05	RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	5,63
			1.846.936.430		1.846.936.430
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,02
			8.592		8.592
07	ACTUA ASSESSORIA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,46
			9.990		9.990
08	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	1,27
			8.528.832		8.528.832
09	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	9,29
			13.976.292.236		13.976.292.236

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
10	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA 4.099.999	100,00	0,07 4.099.999
11	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA 63.572.142	58,00	1,64 63.572.142
12	CCR - USA, LLC. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA 300	100,00	0,00 300
13	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA 190.000.000	95,00	2,18 190.000.000
14	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA 450.724.935	99,00	12,95 445.580.190
15	CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.151/0001-12	FECHADA CONTROLADA 999	100,00	0,00 999
16	CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.162/0001-00	FECHADA CONTROLADA 999	100,00	0,00 999

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/03/2011

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/013
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	112% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	448.156
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	448.156
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	448.156
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/08/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IPCA + 7,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	150.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	150.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/08/2010

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	14,59%	64.393.416	14,59%
VBC Energia S.A.	7.766.880	1,76%	7.766.880	1,76%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	15,00%	66.193.684	15,00%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,39%	1.700.000	0,39%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,26%	1.164.965	0,26%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,26%	1.143.847	0,26%
Soares Penido Concessões S.A.	56.278.092	12,75%	56.278.092	12,75%
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	963.727	0,22%	963.727	0,22%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	16,35%	72.160.300	16,35%
Outros	169.631.389	38,43%	169.631.389	38,43%
Total	441.396.800	100%	441.396.800	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	685.162.736	100%	685.162.736	100%
Outros	6	0,00%	6	0,00%
Total	685.162.742	100%	685.162.742	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.941	100%	93.099	100%	142.040	100%
Outros	5	0,00%	1	0,00%	6	0,00%
Total	48.946	100%	93.100	100%	142.046	100%

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,34%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 A	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 B	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 C	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760 D	0,13%	5.760	0,10%
Outros	6 (2 de cada A, B, C)	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	2.250.000	100%	4.500.000	100%	6.750.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RCPODON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,34%	1.980	33,34%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	5.940	100%	5.940	100%

Composição dos acionistas da VBC Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Átila Holdings S.A.	1.815.927	50,00%	70.530	50,00%	1.886.457	50,00%
Camargo Corrêa Energia S.A.	1.100.652	30,31%	47.018	33,33%	1.147.670	30,42%
Camargo Corrêa S.A.	550.324	15,15%	23.512	16,67%	573.836	15,21%
GCT Participações e Investimentos	164.946	4,54%	0	0,00%	164.946	4,37%
Outros	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%
Total	3.631.854	100%	141.060	100%	3.772.914	100%

Composição dos acionistas da Átila Holdings S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	440.877.607	61,09%	440.877.607	61,09%
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	280.767.655	38,91%	280.767.655	38,91%
Total	721.645.262	100%	721.645.262	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	518.860	100%	518.854	100%	1.037.714	100%
Outros	-	0,00%	6	0,00%	6	0,00%
Total	518.860	100%	518.860	100%	1.037.720	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	290.108	100%	87.772	99,99%	377.880	100%
Outros	5	0,00%	8	0,01%	13	0,00%
Total	290.113	100%	87.780	100%	377.893	100%

Composição dos acionistas da GCT Participações e Investimentos Ltda. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos e Infra-Estrutura S.A.	185.090.133	100%	185.090.133	100%
Outros	2	0,00%	2	0,00%
Total	185.090.135	100%	185.090.135	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC – International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	55.525.379	100%	55.525.373	100%	111.050.752	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	133.220.552	100%	266.441.115	100%	399.661.667	100%
Outros	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%
Total	133.220.557	100%	266.441.115	100%	399.661.672	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,34%	477.336.173	33,34%	716.000.000	33,34%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	715.991.488	100%	1.432.008.519	100%	2.148.000.007	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	300.000	100%

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	18.990.000	100%

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100%
Total	1.455.201	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100%
Total	1.497.201	100%

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100%
Total	1.404.801	100%

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100%
Total	1.431.201	100%

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	1.392.801	100%

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100%
Total	1.372.401	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100%
Total	1.196.001	100%

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	Cotas	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	5.000.363	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Concessões S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	198.495.332	55,55%	198.495.332	55,55%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	130.969.631	36,65%	130.969.631	36,65%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	16.781.912	4,70%	16.781.912	4,70%
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	11.071.884	3,10%	11.071.884	3,10%
Total	357.318.759	100%	357.318.759	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	104.229.427	100%	104.229.427	100%
Eduarda Dalla Vecchia Bonfá	1	0,00%	1	0,00%
Total	104.229.428	100%	104.229.428	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	24.385.951	100%	24.385.951	100%
Ana Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Eduardo Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Total	24.385.953	100%	24.385.953	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A. ¹	599.188.237	100%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	599.188.238	100%

1 - Empresa de capital estrangeiro.

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A.	50.000	100%	50.000	100%
Total	50.000	100%	50.000	100%

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Arcus European Infrastructure Fund GP LLP	114.557.795	19,09%	114.557.795	19,09%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Outros	218.278.234	36,38%	218.278.234	36,38%
Total	600.000.000	100%	600.000.000	100%

Composição dos acionistas da José de Mello SGPS, S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Maria Teresa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria Amélia Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Vasco Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Maria Cristina Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria Luísa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria do Carmo Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
João Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria João Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Filipe Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Total	179.520.271	100,00%	179.520.271	100,00%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 168.331.697, representando 38,14% do capital da Companhia.

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de junho de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	271.764.911	61,57%	271.764.011	61,57%
Conselho de Administração	1.245.192	0,28%	1.245.192	0,28%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	168.331.697	38,14%	168.331.697	38,14%
Total	441.396.800	100%	441.396.800	100%

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	15.000	0,00%	15.000	0,00%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	115.119.312	28,56%	115.119.312	28,56%
Total	403.101.800	100%	403.101.800	100%

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia de Concessões Rodoviárias e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionados nas notas explicativas nº 2 e 3, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência a partir de 1º de janeiro 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato nas notas explicativas nº 2 e 3 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 10 de agosto de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	13
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	14
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	15
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	19
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	21
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	24
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	25
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	26
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	122
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	123
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	139
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	141
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	145
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	154
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA S.A.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	
		CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	
		CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	/155